FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE

HIGOR DE OLIVEIRA MENEZES

**BULLYING ESCOLAR: A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO.**

**Aracaju/SE
10 de dezembro de 2015**

HIGOR DE OLIVEIRA MENEZES

BULLYING ESCOLAR: A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

Monografia apresentada a Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador:

Prof. Dra. Clara Angélica Gonçalves Dias.

Aracaju/SE
10 de dezembro de 2015

HIGOR DE OLIVEIRA MENEZES

**BULLYING ESCOLAR: A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO.**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, comissão julgadora da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dra. Clara Angélica Gonçalves Dias.
FANESE.**

**Prof^a. Me. América Cardoso Barreto Lima Nejaim.
FANESE.**

**Prof^a. Denise Vieira Gonçalves.
FANESE.**

A meus pais e a toda minha família, em especial, a minha avó Maria José Tavares de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois, sem Ele nada é possível, a minha família por todo o apoio que me foi dado durante a minha vida e meu período cursando o direito.

Em especial a minha mãe Mônica Tavares de Oliveira, por tudo que fez pela minha pessoa até hoje, por todo o amor a mim aplicado, bem como, não me deixar desanimar jamais na minha vida acadêmica e por me ensinar que podemos ser o que quisermos, basta que para isso nos esforcemos.

Ao meu avô José Airton de Oliveira, assim como, a minha avó Maria José Tavares de Oliveira, pessoas de garra que jamais se deixaram abalar frente aos obstáculos da vida, me criaram por muitos anos e nunca deixaram de me apoiar nas minhas escolhas, mesmo muitas das vezes não concordando com estas.

Ao meu pai Jorge Luiz de Melo Menezes, por todo esforço gasto para me apoiar na minha vida e por todos os ensinamentos para que me torna-se uma pessoa de valores.

A minha tia e madrinha Silvânia de Melo Menezes, uma madrinha com todas as letras, que fez sempre tudo que pode e que não pode por mim, com certeza você não poderia faltar.

A minha tia Patrícia Tavares de Oliveira, tia e mãe, da qual tenho muito orgulho, não só pela sua competência como advogada, mas, pela pessoa maravilhosa que é, bem como, por ter me inspirado para escolha do estudo do direito.

Ao meu tio Saulo Tavares de Oliveira, tio, amigo, irmão, pai, primo, pessoa sensacional que qualquer um queria ter em sua família, pelos conselhos desde pequeno até os dias de hoje, bem como, por sempre me acompanhar em qualquer escolha, para você não existe palavras que demonstre a minha gratidão.

A minha orientadora e amiga Clara Angélica Gonçalves Dias, pela ajuda e ensinamentos empregados para a composição do presente trabalho, por sua paciência e carinho que cativa a qualquer pessoa.

A meus queridos e amigos companheiros de jornada na FANESE, Julianna Santos, Mayra Gordiano, Larissa Araújo, Tairine Nadiane, Ramses, Rafael Souza, Willian Luiz, Marina, por todos os momentos juntos, bem como a divisão de conhecimento.

Aos meus queridos amigos de infância, Téo Andrade, Léo Andrade, Helio Neto, Lucas Cardoso, Windson Fonseca, Fabricio Macedo e Pedro Lira.

Aos que escolhi para serem da minha família, Rafael Rabelo, Rafael Gois, Alice Figueiredo, Raphela Góis e Augusto Cesar Machado.

EPÍGRAFE

“O estudo do direito é o primeiro passo
para a aplicação da justiça.”

Mércio Franklin.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é destacar a influencia do fenômeno *bullying* no cotidiano das escolas brasileiras, demonstrando o aumento no número de casos envolvendo este problema nas escolas, tentando demonstrá-lo de forma mais simples para que o mesmo possa vir a ser identificado com mais facilidade, deixando, assim, de ser interpretado apenas como brincadeiras infantis normais e com isso, possa vim a ser encarado de forma mais eficiente.

Esta pesquisa ainda irá destacar as implicações jurídicas causadas por tal fenômeno dentro do ordenamento jurídico brasileiro, demonstrando de forma clara e fundamentada que o mesmo vem ferindo tal ordenamento de forma muito agressiva.

Destaca-se, ainda, outros aspectos em relação ao fenômeno como a responsabilidade civil das escolas em relação ao problema, bem como as espécies de responsabilidade contratual e extracontratual, responsabilidade civil nas relações de consumo. As conseqüências que o mesmo trás para o âmbito escolar e para o desenvolvimento das crianças, influenciando os mesmos para o resto de suas vidas, podendo vir estes a sofrer problemas comportamentais, psicológicos e até mesmo sofrer doenças como depressão, assim como, formas de combatê-lo e programas *antibullying* e suas formas de utilização perante o âmbito escolar brasileiro.

Palavras-chave: *Bullying*. Instituições de Ensino. Responsabilidade Civil.

ABSTRACT

The objective of this study is to highlight the influence of the bullying phenomenon in the daily life of Brazilian schools, demonstrating the increase in the number of cases involving this issue in schools, trying to show it more simply so that it can come to be identified with easily, thus failing to be interpreted just like normal children's play and this may come to be seen more efficiently.

this research also will highlight the legal implications caused by such a phenomenon within the Brazilian legal system, demonstrating a clear and reasoned manner that the same is hurting such planning very aggressively, we highlight other aspects in relation to the phenomenon as the civil responsibility of the schools to the problem as well as the kinds of contractual and non-contractual liability, liability in consumer relations.

The consequences of what happened back to the school environment and children's development, influencing the same for the rest of their lives and may come these to suffer behavioral problems, psychological and even suffer diseases such as depression, as well as ways to combat it does and anti-bullying programs and ways of use to the Brazilian school level.

Keywords: *Bullying*. Educational institutions. Civil responsibility.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	11
2 – DA RESPONSABILIDADE CIVIL	15
2.1 - BREVE HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL.	15
2.2 - CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL.	17
2.3 - CONDUTA DO AGENTE.....	19
2.4 - RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.	20
2.5 - EXCLUDENTES DO NEXO DE CASUALIDADE.	20
2.5.1 - FATO DE TERCEIRO.....	21
2.5.2 - CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.....	21
2.5.3 - CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR.....	22
2.6 - DO DANO.....	23
2.6.1 - DANO EMERGENTE.	25
2.6.2 - LUCROS CESSANTES.	25
2.6.3 - DANO EM RICOCHETE OU REFLEXO.....	26
2.6.4 - FORMAS DE REPARAÇÃO DO DANO.	27
3 – ESPECÍES DE RESPONSABILIDADE CIVIL.	29
3.1 - RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA X RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.	29
3.2 - RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL X RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. ..	32
3.3 - RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.	34
3.4 - A RESPONSABILIDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.	37
4 – BULLYING ESCOLAR	Erro! Indicador não definido.
4.1 - CONCEITO DE BULLYING.	41
4.2 - FORMAS & MODOS DO BULLYING.....	43
4.3 - OS AGRESSORES.....	45
4.4 – VÍTIMAS DE BULLYING.....	47

4.5 - TESTEMUNHAS.....	48
4.6 - CONSEQUENCIAS DO BULLYING.	49
4.7 - FORMAS DE COMBATE AO BULLYING.....	51
5 – CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS.....	59

1 - INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como intuito destacar o papel do fenômeno *bullying* frente às instituições escolares brasileiras, demonstrando sua atuação frente ao relacionamento entre os alunos e destacando a sua capacidade de agressão, não só física e emocional, como também, destacando a responsabilidade pela prática de tais atos.

O fenômeno *bullying* vem recebendo uma maior atenção de três décadas atrás até os dias atuais, tendo em vista que, a sua ocorrência vem sendo cada vez maior dentro do âmbito escolar causando imensos problemas a este meio e a todos que são vítimas de tal fenômeno.

O problema é caracterizado por agressões imprimidas das mais variadas formas, essas agressões costumam ocorrer de forma repetitiva e com o intuito sempre de menosprezar e humilhar o próximo sem qualquer motivo.

As vítimas na maioria das vezes são pessoas tímidas, não possuem muitos amigos, andam sempre sozinhas demonstrando uma fragilidade frente ao agressor e possuem uma grande dificuldade em se relacionar perante os outros alunos, como destaca a autora Ana Beatriz Silva.

A vítima ao sofrer a agressão geralmente se mantém no silêncio, ela além de não procurar ajuda, não comenta o ocorrido na maioria das vezes com ninguém, não só por algumas vezes ter essa dificuldade de relacionamento frente aos outros alunos, mas, por se sentir insegura, com medo de sofrer represálias por parte do próprio autor do *bullying*, como explanado pelo doutrinador Gustavo Teixeira.

O *bullying* também demonstra a sua capacidade de tornar o âmbito escolar um ambiente em que ocorra a insegurança, o medo, tendo em vista que, não só as vítimas diretas, assim como são conhecidas aquelas em que o agressor atinge diretamente, seja através de violência física, psicológica ou até mesmo verbal, contamina também as chamadas vítimas indiretas, que são aquelas que presenciam tais agressões, mas, por se sentirem inseguras, haja vista, a maioria das agressões que ocorrem dentro da esfera escolar não recebe as devidas punições, possuem o

medo de denunciar essas agressões com o temor de passar a se tornar uma vítima direta, consoante os ensinamentos de Cléo Fante.

As conseqüências que são apresentadas pelas vítimas de *bullying* são das mais variadas espécies, a criança ou adolescente pode simplesmente não querer mais ir à escola, pois, o pavor de sofrer novas agressões é constante, pode ter algo mais grave como desenvolver doenças psicológicas, muitas vezes entram num quadro de depressão profunda, essas agressões sofridas não devem ser tratadas como brincadeiras de criança, elas têm que ser tratadas de forma séria, haja vista, essas agressões vão influenciar no desenvolvimento dessa criança ou adolescente causando, inclusive, problemas graves na sua fase adulta, conforme destaca a psicóloga Claudia Morais.

Esse comportamento tem que ser observado até mesmo na pessoa do agressor, tendo em vista que, o próprio agressor se não acompanhado e punido da maneira correta pode crescer e se tornar um adulto sem limites. A criança que cresce praticando *bullying* tem maiores chances de na fase adulta de sua vida ter problemas com a lei, segundo a doutrinadora Ana Beatriz Silva.

O fenômeno trás, um grande problema a toda a sociedade, não só por tornar o âmbito escolar um local onde se deveria propagar a alegria, a vontade de estudar, de interagir com seus colegas de classe, um local violento e inseguro, mas por causar grandes danos as nossas crianças e adolescentes, que, de uma forma tão agressiva vem tornando o ambiente em que os mesmos freqüentam, um ambiente onde se propaga o medo, a insegurança, violência gratuita, e que não fere apenas o indivíduo momentaneamente, mas tal violência deixa marcas para toda uma vida.

Há necessidade de se dar mais atenção a este fenômeno que vem ao longo dos anos demonstrando o quanto lesivo pode se tornar, procurar soluções para uma melhor compreensão a respeito do mesmo, por parte dos pais, professores e também alunos, para que assim seja possível de forma mais eficaz combatê-lo e tornar viva a esperança de erradicá-lo do âmbito escolar.

Com maiores informações a respeito do fenômeno, haveria a possibilidade de se identificá-lo e assim, possibilitaria que a sua prática viesse a ser punida de uma forma correta, demonstrando para as vítimas que podem ser protegidas, como até aos próprios agressores que esses tipos de “brincadeira”, podem prejudicar o próximo de uma forma que não tenha a possibilidade de ser reparada, bem como,

não ficará sem uma punição adequada, acabando assim com o ar de impunidade existente no âmbito escolar.

No segundo capítulo entra-se no mérito da responsabilidade civil, definindo segundo os autores o seu conceito, bem como, explicando todos os seus pressupostos e excludentes, o dano e todas as suas espécies, tendo em vista que, facilitará para uma maior compreensão da abordagem do presente trabalho.

No terceiro capítulo, destaca-se as espécies de responsabilidade civil como a responsabilidade civil subjetiva e objetiva, demonstrando suas diferenças e características, bem como, entra-se na modalidade de responsabilidade civil nas relações de consumo, demonstrando a relação que existe entre os educandos e as instituições de ensino e para finalizar destacasse a responsabilidade civil das escolas, destacando os atos praticados por seus educandos frente a outros ou até mesmo terceiros.

Já no quarto e último capítulo, entra-se no mérito do fenômeno em si, destacando o conceito de *bullying* mediante vários autores, bem como suas características, os modos pelo qual o mesmo é aplicado, assim como, suas consequências frente ao âmbito escolar, quem são os personagens de tal problema e demonstraremos formas de se combatê-lo e a gravidade da falta de informação sobre o mesmo.

Diante disso, surgem algumas questões norteadoras: a) O fenômeno não estaria implicando diretamente no bom relacionamento entre os alunos? b) De quem seria a responsabilidade por tal fenômeno ocorrer dentro das escolas? Dos pais por não orientarem seus filhos, ou da própria escola? c) Diante das consequências causadas pelo *bullying*, não seria correto haver mais campanhas de conscientização a respeito de tal fenômeno? d) O quanto é grave a falta de conhecimento a respeito do fenômeno, afim de se combatê-lo?

O presente trabalho usa como justificativa a falta de informação a respeito do fenômeno no ordenamento jurídico brasileiro, bem como nas escolas, deixando assim os pais e professores muitas vezes reféns do problema, não sabendo como identificá-lo e combatê-lo, diante disso, poderá formar doutrina simples para futuras pesquisas a respeito do mesmo.

Tem como objetivo principal: Demonstrar a capacidade lesiva de tal fenômeno frente às instituições de ensino, como objetivos específicos: a) Destacar a

relação de consumo existente entre o educando e as instituições de ensino. b) Observar de que forma é aplicada a responsabilidade civil as instituições de ensino pela prática do fenômeno frente aos outros alunos. c) destacar a importância de campanhas a respeito do fenômeno para facilitar sua identificação a fim de ajudar a combatê-lo.

A técnica utilizada para fundamentar a pesquisa foi à técnica bibliográfica, tendo como base, obras, textos publicados na internet, artigos científicos entre outras formas escritas sobre a matéria disponíveis no mercado.

O método adotado para realização da pesquisa foi o método dedutivo, partindo de um panorama geral sobre o *bullying* para que fosse possível chegar até o ponto específico do projeto, sua atuação no âmbito escolar e a responsabilidade civil pela sua prática.

2 – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

2.1 - BREVE HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL.

A responsabilidade civil, bem como muitos ramos do direito tem sua origem marcada no Direito Romano. Tal responsabilidade foi implementada tendo em vista que antigamente a responsabilidade por atos cometidos contra terceiros era imposta da mesma forma que o dano causado, o chamado “olho por olho, dente por dente” que decorria da Lei de Talião (**GAGLIANO, 2012, p.55**).

Nesse sentido, também leciona o doutrinador **GONÇALVES (2012, p.25-26)**:

Nos primórdios da humanidade, entretanto, não se cogitava do fator culpa. O dano provocava a reação imediata, instintiva e brutal do ofendido. Não havia regras nem limitações. Não imperava, ainda, o direito. Dominava, então, a vingança privada, “forma primitiva, selvagem talvez, mas humana, da reação espontânea e natural contra o mal sofrido; solução comum a todos os povos nas suas origens, para a reparação do mal pelo mal”. Se a reação não pudesse acontecer desde logo, sobrevinha a vindita imediata, posteriormente regulamentada, e que resultou na pena de talião, do “olho por olho, dente por dente”.

Como demonstrado pelos autores não havia qualquer tipo de restituição, mas sim, de se “vingar” frente ao agente causador da lesão, haja vista, o mesmo sofreria um dano igual ao que cometeu.

Mesmo a lei de talião demonstrando a independência de culpa para ser o agente infrator responsabilizado por seus atos, a mesma demonstra uma possível evolução, tendo em vista que, possibilitava a vítima, escolher se preferia receber um valor estipulador por ela, para que não houvesse o agente infrator que responder literalmente no seu corpo (**GAGLIANO, 2012, p.56**).

Nesse sentido, dispõe **GOLÇALVES (2012, p.26)**:

Sucedo este período o da composição. O prejudicado passa a perceber as vantagens e conveniências da substituição da vindita, que gera a vindita, pela compensação econômica. Aí, informa Alvino Lima, a vingança é substituída pela composição a critério da vítima, mas subsiste como fundamento ou forma de reintegração do dano sofrido. Ainda não se cogitava da culpa.

Nota-se pelos ensinamentos do autor que a culpa ainda se quer era imaginada para reger tais interesses.

Ainda sobre o período em questão, leciona **LIMA (1999, p.21)**, vejamos:

Este período sucede o da composição tarifada, imposto pela Lei das XII Tábuas, que fixava, em casos concretos, o valor da pena a ser paga pelo ofensor. É a reação contra a vingança privada, que é assim abolida e substituída pela composição obrigatória. Embora subsista o sistema do delito privado, nota-se, entretanto, a influência da inteligência social, compreendendo-se que a regulamentação dos conflitos não é somente uma questão entre particulares.

Decorrente desse período, em um momento já mais evoluído onde já havia uma certa autoridade, uma soberania um pouco mais sólida, o legislador impõe a vedação a vítima, essa não poderia mais fazer justiça com as próprias mãos contra o agente infrator **(GONÇALVES, 2012, p.26)**.

O grande marco na responsabilidade civil se deu mesmo na criação da *Lex Aquiliana*, tamanha importância dá-se, pois, mediante esta lei surge uma nova designação para a responsabilidade civil, nasce, então, a responsabilidade civil extracontratual e a responsabilidade civil delitual, **(GAGLIANO, 2012, p.56)**.

Diante disso, dispõe o doutrinador **TARTUCE (2009, p.160)**, observemos:

Diante da *Lex Aquilia de Damno* aprovada no final do Século III a.c e que fixou os parâmetros da responsabilidade civil extracontratual. Essa referida lei surgiu no Direito Romano justamente no momento em que a responsabilidade sem culpa constituída a regra, sendo o causador do dano punido de acordo com a pena de *Talião*, prevista na Lei das XII Tábuas.

Como demonstrado pelo autor a *Lex Aquiliana* surgiu em uma época que a responsabilidade era imposta ao agente infrator sem que houvesse a possibilidade de demonstrar a sua culpa, mediante isto, **TARTUCE, Flávio (2009, p.160)**, demonstra o porque da criação da *Lex Aquiliana*:

A experiência romana demonstrou que a responsabilidade sem culpa poderia trazer situações injustas, surgindo a necessidade de comprovação desta como uma questão social evolutiva. A partir de então, a responsabilidade mediante culpa passou a ser a regra em todo Direito Comparado.

Nota-se, portanto, a necessidade de tal lei para impor obrigações realmente justas ao agente infrator se utilizando da culpa como fator primordial de observação.

Insta demonstrar também, o lecionamento do autor **GAGLIANO (2012, p.57)**, sobre o tema em tela:

Permitindo-se um salto histórico, observe-se que a inserção da culpa como elemento básico da responsabilidade civil aquiliana — contra o objetivismo excessivo do direito primitivo, abstraindo a concepção de pena para substituí-la, paulatinamente, pela ideia de reparação do dano sofrido — foi incorporada no grande monumento legislativo da idade moderna, a saber, o Código Civil de Napoleão, que influenciou

diversas legislações do mundo, inclusive o Código Civil brasileiro de 1916.

Nota-se mediante o ensinamento do autor que, a *Lex Aquiliana* foi um marco de grande importância para o direito, não só para o Direito Romano, mas, para o Direito como um todo, tendo em vista que, influenciou diversas legislações mundiais.

Já em se tratando da responsabilidade civil objetiva, aquela que decorre independente de culpa, mas sim, pelo risco que a sua atividade exerce a terceiros, esta brota após a segunda revolução industrial, quando, nasceram as primeiras discussões a respeito da possibilidade de se responsabilizar um agente mediante determinadas atividades exercidas por este **(TARTUCE, 2009, p.161)**.

2.2 - CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL.

A teoria da Responsabilidade Civil consiste em medidas que obriguem um agente infrator, a reparar o dano que foi causado a sua vítima, exercendo tal obrigação através de medidas legais, como explana **RODRIGUES (2003, p.6)** “A Responsabilidade Civil é a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam”.

Como mencionado por **RODRIGUES (2003, p.6)**, a Responsabilidade também pode ser imposta ao agente não só por suas ações, mas também pelo seus dependentes, mediante isto, é de extrema importância revelar alguns dispositivos que tratam especificamente da Responsabilidade Civil não por atos próprios do agente infrator, mas sim por atos de terceiros subordinados a este, vejamos:

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Art. 937. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

Art. 938. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

A teoria tem como sua principal função a reparação de um dano que foi causado por um agente, mediante um ato na maioria das vezes ilícito à vítima.

Tal obrigação diferente da que era utilizada antigamente passa a ser um encargo que atinge apenas o patrimônio do agente infrator, devendo este patrimônio ser utilizado na totalidade que for possível para suprir tal dano, não havendo assim qualquer possibilidade do autor ser responsabilizado fisicamente.

Vale salientar que o termo reparação é muito complexo, tendo em vista que só é possível tal função se o dano causado for apenas material, pois, este é passível de restauração, podendo restabelecer o *status quo ante* chamada forma natural (**GAGLIANO, 2012, p.102**).

Já em se tratado de dano moral, não há a possibilidade do mesmo voltar a seu *status quo ante*, tendo em vista que o mesmo, não pode ser restaurado, sendo assim, não poderíamos chamar de reparação a indenização imposta ao autor, mas, uma compensação pelos danos sofridos, como explica **GONÇALVES (2013, p 12)**:

No campo da responsabilidade civil encontra-se a indagação sobre o prejuízo experimentado pela vítima deve ou não ser reparado por quem o causou e em que condições e de que maneira deve ser estimado e ressarcido. Em regra, procura-se recolocar o lesado na situação anterior (princípio da restitutio in integrum). Como nem sempre isso é possível, faz-se a compensação por meio de uma indenização, fixada em proporção ao dano.

Neste mesmo sentido, segue **GAGLIANO (2012, p 54)**::

Trazendo esse conceito para o âmbito do Direito Privado, e seguindo essa mesma linha de raciocínio, diríamos que a responsabilidade civil deriva da agressão a um interesse eminentemente particular, sujeitando, assim, o infrator, ao pagamento de uma compensação pecuniária à vítima, caso não possa repor in natura o estado anterior de coisas.

Nesse sentido, o papel principal da Responsabilidade Civil é obrigar aquele que comete atos ilícitos, que causem dano a outrem, claro, demonstrados a partir dos elementos da responsabilidade, dentre eles, a conduta, seja ela negativa ou positiva, o próprio dano sofrido pela vítima e o nexo de causalidade, dos quais entra-se no mérito no decorrer, que venha a repará-lo.

Fica claro pelos ensinamentos dos autores que o agente tem o dever de restaurar o dano causado ou indenizar a vítima, para que esta não seja prejudicada de forma alguma ou possa pelo menos ter uma indenização quando não houver possibilidade da restauração do *status quo ante* do bem danificado.

2.3 - CONDOTA DO AGENTE.

A conduta do agente é o meio pelo qual, este vem a causar dano à “vítima”. Tal conduta não se dá apenas de forma positiva, conduta esta pela qual o autor vem a causar dano a outrem mediante uma ação na qual o próprio não tinha nenhuma obrigação com a vítima, simplesmente este, sem ter a intenção, ou até mesmo com a intenção, causa dano a alguém.

Vale demonstrar, como exemplo, um motorista que colide com outro veículo enquanto trafegava com seu carro em via pública, causando assim um acidente, este não tinha a intenção de causar o acidente, mas, mesmo sem a intenção causou o fato e com isso, será responsabilizado por todos os danos que venham a decorrer de tal evento (**GONÇALVES, 2012, p.41**).

Já na conduta negativa, o autor causa dano à vítima não em decorrência de uma ação que o mesmo venha a cometer, mas sim, por ficar omissos diante da vítima.

Vale salientar, que para se configurar tal omissão em desfavor do autor, é necessário que o mesmo tenha um dever legal em relação à vítima.

Insta demonstrar, como exemplo, um policial que podendo intervir numa situação de perigo para um terceiro não o faz. Tal policial será responsável por qualquer dano que a vítima venha a sofrer, tendo em vista que, o seu dever legal é de proteger a sociedade e o mesmo possui treinamento para situações de risco e se encontrava em uma posição na qual poderia intervir para que não houvesse qualquer tipo de perigo ou dano para a vítima.

Há também outro ótimo exemplo em relação a tal omissão, é o caso da enfermeira que no exercício de suas funções, deixa de administrar o medicamento adequado para determinado paciente no seu horário habitual, causando assim um dano para o mesmo (**GAGLIANO, 2012, p.80**).

Vale salientar, que não basta apenas que o autor tenha a obrigação de agir, mas sim, que o mesmo se tivesse agido, poderia evitar que a vítima viesse a sofrer

algum dano, como leciona **GONÇALVES (2013, p.24)** “Para que se configure a responsabilidade por omissão é necessário que exista o dever jurídico de praticar determinado fato (de não se omitir) e que se demonstre que, com sua prática, o dano poderia ter sido evitado”.

Ainda seguindo os ensinamentos de **GONÇALVES, Carlos Roberto (2013, p.24)**, o próprio demonstra de que forma tal dever é imposto:

O dever jurídico de não se omitir pode ser imposto por lei (dever de prestar socorro às vítimas de acidentes imposto a todo condutor de veículos) ou resultar de convenção (dever de guarda, de vigilância, de custódia) e até de criação de alguma situação especial de perigo.

Fica claro que, para tal responsabilização não basta apenas que o autor tenha o dever de agir, mas, para que seja possível caracterizar tal omissão contra o mesmo, ainda necessita ser comprovado que sua ação ajudaria a não causar dano de qualquer espécie à vítima.

2.4 - RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.

É mediante tal instrumento, que se observa a relação do autor em sua ação ou omissão com o dano que foi causado à vítima. Se inexistir tal relação entre o dano e o autor, nenhuma obrigação de reparação ou indenização pode ser imposta ao mesmo, pois o dano sofrido não tem nenhuma ligação com o autor do fato, como leciona **GONÇALVES (2013, p.25)**:

É o nexó causal ou etiológico entre a ação ou omissão do agente e o dano verificado. Vem expressa no verbo “causar”, empregado no art.186. Sem ela, não existe a obrigação de indenizar. Se houve o dano mas sua causa não está relacionada com o comportamento do agente, inexistente a relação de causalidade e, também, a obrigação de indenizar

Decorrente dessa relação, há algumas possibilidades em que mesmo havendo o nexó de causalidade entre o dano sofrido e o autor, este não poderá ser responsabilizado, possibilidades estas, que serão demonstradas no decorrer.

2.5 - EXCLUDENTES DO NEXO DE CASUALIDADE.

São os casos em que ocorre a culpa exclusiva da vítima, força maior e caso fortuito, assim como, o fato de terceiro.

Nessas situações, apesar de ocorrerem os pressupostos da responsabilidade civil, o autor não poderá ser responsabilizado, pois os fatos ocorrem independentemente de sua vontade, havendo assim, o rompimento do nexo de causalidade.

2.5.1 - FATO DE TERCEIRO.

Ocorre tal rompimento do nexo de causalidade por fato de terceiro, quando um terceiro que não tiver sido incluso nas partes litigantes da demanda de responsabilização, for o causador do dano à vítima.

Para uma melhor compreensão, vale demonstrar o exemplo citado por **CAVALIERI FILHO (2012, p. 69-70)**:

Tome-se como exemplo o caso julgado pela 6ª Câmara do nosso egrégio Tribunal de Alçada Civil do Rio de Janeiro na Ap. cível 776/91, da qual fomos relator. A mulher de um ciclista moveu ação de indenização contra determinada empresa de ônibus por ter sido o seu marido atropelado e morto quando trafegava em sua bicicleta. Alegou-se que o ônibus, invadindo a contramão de direção, atingiu o ciclista em sua pista. A prova demonstrou, entretanto, que o ciclista caiu em um buraco existente em sua pista justamente no momento em que o ônibus passava em sentido contrário, vindo a ser atingido na cabeça pela roda traseira do coletivo. O buraco na pista do ciclista havia sido aberto por uma empresa prestadora de serviços públicos. A ação foi mal-endereçada. Deveria ter sido dirigida contra o verdadeiro causador da tragédia, a empresa que, imprudentemente, deixou aberto o buraco na pista pela qual trafegava a vítima em sua bicicleta.

Como demonstrado pelo exemplo do doutrinador, um terceiro que sequer existia na relação entre as partes, foi o causador da lesão que alcançou a vítima, excluindo, assim, qualquer tipo de responsabilidade ao motorista do ônibus.

2.5.2 - CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.

A culpa exclusiva da vítima ocorre em casos, por exemplo, da vítima que querendo suicida-se, atira-se na frente de um ônibus. Existe uma relação de casualidade no acidente, mas, o motorista do ônibus não pode ser responsabilizado, já que o mesmo não suprimiu a sua vontade para que a vítima alcançasse seu objetivo e sequer tinha como prever que tal fato fosse ocorrer, já que a sua vontade para que o fato viesse a ocorrer inexistia.

Para melhor compreensão insta citar os ensinamentos do autor **RODRIGUES (ob. Cit, p.179)**, apud **CAVALIERI FILHO (2012, p.68-69)**:

A culpa exclusiva da vítima - pondera Sílvio Rodrigues - é causa de exclusão do próprio nexo causal, porque o agente, aparente causador direto do dano, é mero instrumento do acidente.

Mediante tais ensinamentos **CAVALIERI FILHO, Sérgio (2012, p.69)**, destaca um exemplo para melhor compreensão:

Assim, se "X", num gesto tresloucado, atira-se sob as rodas do veículo dirigido por "B", não se poderá falar em liame de causalidade entre o ato deste e o prejuízo por aquele experimentado. O veículo atropelador, a toda evidência, foi simples instrumento do acidente, erigindo-se a conduta da vítima em causa única e adequada do evento, afastando o próprio nexo causal em relação ao motorista, e não apenas a sua culpa, como querem alguns. A boa técnica recomenda falar em *fato exclusivo da vítima*, em lugar de culpa exclusiva. O problema, como se viu, desloca-se para o terreno do nexo causal, e não da culpa.

Como demonstrado pelos ensinamentos do autor **RODRIGUES (ob. Cit, p.179)** apud **CAVALIERI FILHO (2012, p.68-69)**, a culpa exclusiva da vítima rompe o nexo de causalidade existente no fato concreto, impossibilitando assim a responsabilização do agente.

2.5.3 - CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR.

As espécies de caso fortuito e força maior, são casos em que podem até ser previstos, mas são inevitáveis, pois, são os desastres naturais como um terremoto, uma enchente, onde o agente não tem como saber que haverá um terremoto, haja vista, ser um fato que independe de sua vontade, ele apenas acontece, sem aviso prévio algum.

Ato contínuo, não pode o agente ser responsabilizado por qualquer dano que possa ter ocasionado, tendo em vista que, o autor não pode evitar que o fenômeno não cause danos, decorrente do tamanho de sua magnitude frente a este.

Para maior compreensão vale ressaltar os ensinamentos de **CAVALIERI FILHO (2012, p.71)** a respeito do mesmo:

Fala-se em caso fortuito ou de força maior quando se trata de acontecimento que escapa a toda diligência, inteiramente estranho à vontade do devedor da obrigação. É circunstância irresistível, externa, que impede o agente de ter a conduta devida para cumprir a obrigação a que estava obrigado. Ocorrendo o fortuito ou a força

maior a conduta devida fica impedida em razão de um fato não controlável pelo agente.

Com base nos ensinamentos do autor, fica claro que havendo qualquer tipo de fato que o agente não possa controlar, que ocorra independente de sua vontade, assim, o impedindo de cumprir com suas obrigações, este, não poderá vir a ser responsabilizado.

2.6 - DO DANO.

O dano é fator primordial para que possa ocorrer qualquer tipo de indenização ou responsabilidade, pois, sem o dano não há porque se falar em indenização.

O dano nada mais é do que o prejuízo causado pelo agente a sua vítima, seja ele material ou moral, e pode decorrer tanto de fatos ilícitos, como de fatos lícitos.

Vale salientar, que, independente do tipo de conduta, o agente que causar prejuízo a outrem, tem o dever de indenizá-lo, haja vista, tal prejuízo gera em si a responsabilidade obrigacional que o agente tem em se possível devolver o objeto ao status quo ante.

Tal fator é de suma importância em todo tipo de responsabilidade que esteja enquadrado o fato concreto, já que o dano é requisito primordial em seja qual for a espécie, seja esta, responsabilidade subjetiva, objetiva, de consumo, responsabilidade contratual ou extracontratual, ele sempre vai ser fator primordial para a configuração de toda responsabilidade, tendo em vista que, é a partir deste que se configura a obrigação.

Segundo **GAGLIANO (2012, p.88)**, o conceito para o dano seria:

A lesão a um interesse jurídico tutelado — patrimonial ou não — ,causado por ação ou omissão do sujeito infrator. Note-se, neste conceito, que a configuração do prejuízo poderá decorrer da agressão a direitos ou interesses personalíssimos (extrapatrimoniais) a exemplo daqueles representados pelos direitos da personalidade especialmente o dano moral

Nota-se que o doutrinador demonstra que o dano não tem apenas a espécie material, mas também a moral, havendo, portanto, não só a possibilidade do agente ser responsabilizado pelos danos materiais que venha a causar à vítima, mas também, pelos danos morais decorrentes dos prejuízos sofridos.

O agente poderá vir a ser responsabilizado apenas pelo dano moral, e como este não pode ser reparado, pois, uma vez sofrido não haverá possibilidade de que se volte ao seu *status quo ante*, havendo assim, apenas a possibilidade de ocorrer uma compensação pecuniária, e não uma reparação.

Aduz demonstrar os ensinamentos do autor **CAVALIERI FILHO (2008, p. 71)** a respeito do dano por fato ilícito:

O ato ilícito nunca será aquilo que os penalistas chamam de crime de mera conduta; será sempre um delito material, com resultado de dano. Sem dano pode haver responsabilidade penal, mas não há responsabilidade civil. Indenização sem dano importaria enriquecimento ilícito; enriquecimento sem causa para quem a recebesse e pena para quem a pagasse, porquanto o objetivo da indenização, sabemos todos, é reparar o prejuízo sofrido pela vítima, reintegrá-la ao estado em que se encontrava antes da prática do ato ilícito. E, se a vítima não sofreu nenhum prejuízo, a toda evidência, não haverá o que ressarcir. Daí a afirmação, comum a praticamente todos os autores, de que o dano é não somente o fato constitutivo mas, também, determinante do dever de indenizar.

Como demonstrado pelo doutrinador, o dano é imprescindível para que possa haver qualquer tipo de indenização, pois sem o mesmo não haveria o objetivo principal de tal responsabilidade, que seria a reparação do prejuízo sofrido pela vítima.

O pagamento de qualquer tipo de indenização, sem que houvesse o dano concreto a vítima, acarretaria um enriquecimento ilícito, tendo em vista que, a vítima receberia sem que houvesse sofrido qualquer tipo de prejuízo.

Vale ressaltar, que, para que ocorra o dano é imprescindível de que este venha a ser concreto, não haja qualquer tipo de dúvida a respeito do mesmo.

Ninguém poderá ser responsabilizado por algum dano que supostamente venha ter ocorrido, já que o mesmo, não poderá ser hipotético ou abstrato, pois, não haverá assim qualquer tipo de responsabilidade a ser imposta ao agente.

Nada impede, contudo, que o dano tenha o seu valor desconhecido, mas, havendo o dano, este terá que ser reparado pelo agente, tal como afirma o doutrinador **GAGLIANO (2012, p 91)**, a respeito da certeza do dano:

Mesmo em se tratando de bens ou direitos personalíssimos, o fato de não se poder apresentar um critério preciso para a sua mensuração econômica não significa que o dano não seja certo. Tal ocorre, por exemplo, quando caluniamos alguém, maculando a sua honra. A imputação falsa do fato criminoso (calúnia) gera um *dano certo* à honra da vítima, ainda que não se possa definir, em termos precisos, quanto vale este sentimento de dignidade.

Fica claro que o dano, independentemente de ter seu valor certo como em casos de danos materiais, no qual há a possibilidade de se determinar com precisão ou até mesmo com grandes proximidades o prejuízo causado pelo agente à vítima decorrente da lesão sofrida, deve ser utilizada para uma responsabilização do agente, haja vista que, o dano que foi ocasionado, é um dano certo e não há qualquer tipo de dúvida. Sobre o prejuízo sofrido pela vítima, apenas a dúvida, a respeito do valor que irá ser empregado para que haja uma compensação justa sobre o mesmo.

2.6.1 - DANO EMERGENTE.

O dano emergente, nada mais é do que aquele dano que foi sofrido pela vítima, ou seja, tudo o que a vítima veio a perder em decorrência da lesão sofrida, como leciona o doutrinador **CAVALIERI FILHO (2012, p.78)**:

A mensuração do dano emergente, como se vê, não enseja maiores dificuldades. Via de regra, importará no desfalque sofrido pelo patrimônio da vítima; será a diferença do valor do bem jurídico entre aquele que ele tinha antes e depois do ato ilícito. Assim, valendo-se de um exemplo singelo, num acidente de veículo com perda total, o dano emergente será o integral valor do veículo. Mas, tratando-se de perda parcial, o dano emergente será o valor do conserto, e assim por diante. Dano emergente é tudo aquilo que se perdeu, sendo certo que a indenização haverá de ser suficiente para a *restitutio in integrum*.

Como demonstrado pelos ensinamentos do autor, o dano emergente é toda a mensuração dano sofrido pela vítima em decorrência do ato praticado pelo agente.

2.6.2 - LUCROS CESSANTES.

O lucro cessante é o que a vítima que sofreu a ação do agente infrator deixou de ganhar decorrente da lesão sofrida.

Cita-se como exemplo, um food truck, que funciona durante quatro dias da semana e tira em media quinhentos reais por dia. O mesmo vem a ser atingido por outro veículo enquanto estava em funcionamento, ficando assim impossibilitado de funcionar.

Ato contínuo, o proprietário, além de sofrer o dano material decorrente de tal acidente, ficará impossibilitado de trabalhar, tornando assim o seu prejuízo não

apenas o material decorrente do acidente, como também, o prejuízo causado por todos os dias que não poderá trabalhar, como demonstrado pelos ensinamentos de

CAVALIERI FILHO (2012, p.79):

O ato ilícito pode produzir não apenas efeitos diretos e imediatos no patrimônio da vítima (dano emergente), mas também mediatos ou futuros, reduzindo ganhos, impedindo lucros, e assim por diante. Aí teremos o lucro cessante. É a consequência futura de um fato já ocorrido. O médico ou advogado que, em razão de um acidente, fica impossibilitado para o trabalho por vários meses, deve ser indenizado pelo que deixou de ganhar durante esse período.

Sendo assim, um prejuízo causado não no momento do fato, mas sim, um prejuízo causado pelo que a vítima vai deixar de lucrar decorrente da lesão sofrida, é o que se configura este dano.

Vale ressaltar, que, para que seja o autor da lesão contra a vítima responsabilizado por lucro cessante, é necessário que este lucro venha a ser comprovado.

A mera suposição de que a vítima teria algum tipo de lucro se não tivesse sido lesada, não gera responsabilidade ao agente infrator, o livrando assim, de qualquer obrigação a respeito do mesmo.

2.6.3 - DANO EM RICOCHETE OU REFLEXO.

Tal espécie é caracterizada quando a ação do agente causa prejuízo não só à vítima direta, mas, causa prejuízo também a terceiro ligado diretamente.

O fato do terceiro não ser a vítima direta da ação, não impede o mesmo, comprovando ter sofrido algum tipo de dano decorrente da ação lesiva da vítima direta, e que este dano é certo, possa vir a requerer uma reparação civil.

Para entendermos melhor tal situação, mencionemos o exemplo dado pelo doutrinador **GAGLIANO (2012, p 96):**

É o caso, por exemplo, do pai de família que vem a perecer por descuido de um segurança de banco inábil, em uma troca de tiros. Note-se que, a despeito de o dano haver sido sofrido diretamente pelo sujeito que pereceu, os seus filhos, alimentandos, sofreram os seus reflexos, por conta da ausência do sustento paterno.

O exemplo apresentado pelo doutrinador, apesar de simples, deixa bastante claro que os filhos da vítima direta são atingidos também pelo fato ocasionado pelo

autor, sofrendo também os efeitos danosos dessa ação, haja vista que o sustento paterno agora não será mais possível, em decorrência do perecimento do pai.

Vale ressaltar que para a configuração de tal dano em, é necessário a comprovação de que a vítima indireta, ou seja, o terceiro que estava ligado diretamente com a vítima que sofreu o dano direto, tenha sido também acometido pelo dano decorrente desse fato.

Nesse sentido podemos observar nos julgados do **Superior Tribunal De Justiça**, apud **GAGLIANO (2012, p.97)**:

(REsp 254418/RJ, rel. Min. Aldir Passarinho Jr., DJ de 11-6-2001) e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Ap. Cível 598060713, rel. Des. Antônio Janyr Dall’Agnol Júnior, julgado em 23-9-1998):

“I — Justifica-se a indenização por dano moral quando há a presunção, em face da estreita vinculação existente entre a postulante e a vítima, de que o desaparecimento do ente querido tenha causado reflexos na assistência doméstica e significativos efeitos psicológicos e emocionais em detrimento da autora, ao ser privada para sempre da companhia do *de cujus*. II — Tal suposição não acontece em relação ao cônjuge que era separado de fato do *de cujus*, habitava em endereço distinto, levando a acreditar que tanto um como outro buscavam a reconstituição de suas vidas individualmente, desfeitos os laços afetivos que antes os uniram, aliás, por breve espaço de tempo.

Apelação Cível. Dano Moral. Protesto lavrado contra pessoa jurídica. Alegação de reflexo na pessoa do sócio. Prova. Em que pese inafastável, em tese, dano reflexo, à semelhança do dano em ricochete, quando lavrado protesto contra sociedade comercial, insta cabal demonstração da ilicitude do próprio ato notarial, pena de insucesso. Apelação desprovida”.

Como demonstrado pelo julgado, a inexistência de vínculo entre o efeito danoso e o terceiro que reivindica tal efeito reflexo, elimina qualquer tipo de responsabilidade do agente infrator, para com o mesmo, tendo em vista que, o autor do dano só poderá arcar com tal obrigação se for expressamente comprovado que o terceiro tenha sido lesado por suas condutas.

2.6.4 - FORMAS DE REPARAÇÃO DO DANO.

O dano quando é apenas material é muito mais simples de ser recuperado, pois, no dano material o objeto que sofreu tal dano, pode ser refeito, ou até mesmo substituído por um outro objeto da mesma espécie; não restando assim, qualquer tipo de lesão a vítima, haja vista que o mesmo ira voltar a seu *status quo ante*.

Já em relação ao dano moral, não há possibilidade de restauração, tendo em vista que, não há como reparar uma ofensa sofrida, mesmo que haja um pedido de desculpa ou algo semelhante.

As palavras proferidas, uma vez proferidas, não podem ser apagadas ou esquecidas. nesta espécie de dano há que se falar em compensação, pois, não há possibilidade do objeto da lesão voltar a seu *status quo ante*.

Nesse sentido, haverá um valor estipulado judicialmente para que venha a compensar o dano à honra sofrido pela vítima, como ensina o doutrinador **GAGLIANO (2012, p.102)**:

No dano patrimonial (onde restou atingido um bem físico, de valor comensurável monetariamente), a reparação pode ser feita através da reposição natural. Essa possibilidade já não ocorre no dano moral, eis que a honra violada jamais pode ser restituída à sua situação anterior, porquanto, como já disse certo sábio, as palavras proferidas são como as flechas lançadas, que não voltam atrás... A reparação, em tais casos, reside no pagamento de uma soma pecuniária, arbitrada judicialmente, com o objetivo de possibilitar ao lesado uma satisfação compensatória pelo dano sofrido, atenuando, em parte, as consequências da lesão.

Fica claro, por meio de tal ensinamento que a única possibilidade de reparação se dá em torno do dano material, e não sobre o dano moral, tendo em vista, que tal dano não pode ser restituído a seu *status quo ante*.

Nota-se que em relação ao dano moral, tal restauração ao seu status quo ante, não é possível, devendo a vítima ser restituída mediante uma soma pecuniária, arbitrada judicialmente, como demonstrado pelo doutrinador **GAGLIANO (2012, p.102)**.

3 – ESPECÍES DE RESPONSABILIDADE CIVIL.

3.1 - RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA X RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.

A Responsabilidade Civil Subjetiva ou Teoria Clássica, como é assim chamada, tem como base a presunção de culpa, esta é o fator primordial e fundamental para que tal responsabilidade seja aplicada, como dispõe o doutrinador **GONÇALVES (2012, p.54)**:

Em face da teoria clássica, a culpa era fundamento da responsabilidade. Esta teoria, também chamada de teoria da culpa, ou “subjetiva”, pressupõe a culpa como fundamento da responsabilidade civil. Em não havendo culpa, não há responsabilidade. Diz-se, pois, ser “subjetiva” a responsabilidade quando se esteia na ideia de culpa.

Como demonstrado pelo nobre autor, a base dessa espécie de responsabilidade é a culpa do agente, e essa culpa pode derivar de negligência, imprudência e imperícia, sempre que causar lesão a direito de outrem.

Para melhor entendimento, insta resaltar o fundamento legal para tal alegação, que se encontra no **Art.186, do Código Civil de 2002**, “Art. 186.Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, destacando que o agente causador ao cometer tal ato ilícito, tem conseqüentemente o dever de indenizar sua vítima.

Vale ressaltar, que, para que o agente causador de tal lesão seja enquadrado sobre os fundamentos de tal responsabilidade, o autor deve comprovar que o requerido mantém um nexo de causalidade sobre o fato.

Ato contínuo, há casos em que o ordenamento jurídico irá impor responsabilidade a um determinado agente, mesmo que ele não venha a ser o causador direto da lesão.

A título de exemplo, mesmo não participando do fato que ocasionou a lesão em si, determinado agente tem deveres sobre a guarda e vigilância do causador direto da lesão. É a chamada responsabilidade indireta, e nesses casos, a culpa não

irá deixar de existir, ela será presumida, por ter o agente uma obrigação imposta de guarda e vigilância, como demonstra **PEREIRA (2001, p.265-266)**:

Na tese da presunção de culpa subsiste o conceito genérico de culpa como fundamento da responsabilidade civil. Onde se distancia da concepção subjetiva tradicional é no que concerne ao ônus da prova. Dentro da teoria clássica da culpa, a vítima tem de demonstrar a existência dos elementos fundamentais de sua pretensão, sobressaindo o comportamento culposo do demandado. Ao se encaminhar para a especialização da culpa presumida, ocorre uma inversão do *onus probandi*. Em certas circunstâncias, presume-se o comportamento culposo do causador do dano, cabendo-lhe demonstrar a ausência de culpa, para se eximir do dever de indenizar. Foi um modo de afirmar a responsabilidade civil, sem a necessidade de provar o lesado a conduta culposa do agente, mas sem repelir o pressuposto subjetivo da doutrina tradicional. Em determinadas circunstâncias é a lei que enuncia a presunção. Em outras, é a elaboração jurisprudencial que, partindo de uma ideia tipicamente assentada na culpa, inverte a situação impondo o dever ressarcitório, a não ser que o acusado demonstre que o dano foi causado pelo comportamento da própria vítima”

Com base no que foi exposto pelo autor, fica claro que tal responsabilidade não afasta a culpa do agente, ela apenas a presume, tendo como base a sua obrigação de guarda e vigilância, também não deixando de demonstrar que há possibilidades em que a mesma não seja imposta, como no caso de culpa exclusiva da vítima.

Já por outro ângulo, encontra-se a Responsabilidade Civil Objetiva, diretamente ligada à Teoria do Risco. Tal responsabilidade é recente, tendo sido implementada no ordenamento jurídico brasileiro ao final do século XIX. Com base nessa teoria, a culpa ou dolo do agente não vai influenciar para que o mesmo venha a ser responsabilizado, pois, essa teoria é enquadrada apenas pelo fato de existir o nexo de causalidade entre o fato danoso e o agente, como demonstra o autor **GONÇALVES (2012, p.55)**:

Denomina objetiva a responsabilidade que independe de culpa. Esta pode ou não existir, mas será sempre irrelevante para a configuração do dever de indenizar. Indispensável será a relação de causalidade, entre a ação e o dano, uma vez que, mesmo no caso de responsabilidade objetiva, não se pode responsabilizar quem não tenha dado causa ao evento.

Como demonstrado pelo autor, a culpa ou o dolo pouco influencia no enquadramento de tal responsabilidade ao agente, tendo em vista que, por tal espécie de responsabilidade, isso independe, tendo como justificativa a teoria do risco, teoria essa que serve como base para a responsabilidade objetiva.

Por tal teoria, aquele que venha a causar risco a terceiros por meio de suas atividades, tem o dever de reparar qualquer tipo de lesão, tendo em vista que, o risco oferecido por essas atividades, é um risco presumido, um risco que é criado pela própria atividade, como leciona o autor, **GONÇALVES (2012, p.55)**:

Uma das teorias que procuram justificar a responsabilidade objetiva é a teoria do risco. Para esta teoria, toda pessoa que exerce alguma atividade cria um risco de dano para terceiros. E deve ser obrigada a repará-lo, ainda que sua conduta seja isenta de culpa. A responsabilidade civil desloca-se da noção de culpa para a ideia de risco, ora encarada como “risco-proveito”, que se funda no princípio segundo o qual é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável (*ubi emolumentum, ibi onus*); ora mais genericamente como “risco criado”, a que se subordina todo aquele que, sem indagação de culpa, expuser alguém a suportá-lo.

Nota-se, pelos ensinamentos do autor que, a culpa ou dolo do agente independe para que o mesmo venha a ser responsabilizado, haja vista que, por essa teoria, a atividade desempenhada pelo autor é o que vai fazer com que o mesmo venha a ter essa responsabilidade, por meio desta irá surgir o risco criado a vítima.

Vale ressaltar que a teoria objetiva é imposta por lei, tendo em vista o risco que certas atividades produzem a terceiros.

Para uma melhor compreensão, vale destacar o **Art.927, do Código Civil Brasileiro de 2002**, onde se encontra o preceito legal de tal Responsabilidade:

Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Como demonstrado pelo referido artigo, observa-se que a imposição de tal responsabilidade a qualquer agente, tem que ser por atividade que venha a ser especificada em lei, tendo em conta, tal responsabilidade ser aplica a determinados tipos de casos previstos expressamente.

Vale ressaltar, que, atualmente no Brasil, são aplicados os dois tipos de Responsabilidade, tanto a Responsabilidade Civil Subjetiva, quando a Objetiva, mas, a responsabilidade subjetiva é a padrão.

Sendo assim, para ser aplicado qualquer tipo de obrigação de reparar ao agente, ainda se tem que observar a culpa ou dolo, ressalvados os casos já previstos em lei, onde será aplicada a Responsabilidade Civil Objetiva, como destaca autor **GAGLIANO (2012, p.61-62)**:

Assim, a nova concepção que deve reger a matéria no Brasil é de que vige uma regra geral dual de responsabilidade civil, em que temos a responsabilidade subjetiva, regra geral inquestionável do sistema anterior, coexistindo com a responsabilidade objetiva, especialmente em função da atividade de risco desenvolvida pelo autor do dano (conceito jurídico indeterminado a ser verificado no caso concreto, pela atuação judicial), *ex vi* do disposto no art. 927, parágrafo único. Todas essas considerações iniciais vêm à baila em decorrência de violação ao preceito fundamental do *neminem laedere*, ou seja, de que ninguém deve ser lesado pela conduta alheia.

Como exposto, basicamente a diferença de responsabilidade imposta ao agente será se está prevista em lei ou não. Se está prevista em lei, a responsabilidade vai independe da culpa ou dolo do agente, tendo em vista que o simples fato de exercer a atividade que causou lesão a outrem, já estava prevista como atividade de risco que possivelmente causaria danos a terceiro, decorrente do seu próprio risco.

Se inexistir essa previsão legal, será apurado se o agente agiu com culpa ou dolo, para que só assim seja apurado se o mesmo deve vir a ser responsabilizado

3.2 - RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL X RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL.

A Responsabilidade Civil contratual, como o próprio nome já diz, advém de um contrato que foi celebrado entre as partes envolvidas no caso concreto, sendo um contrato, onde ambas as partes assumem direitos e deveres.

Diante disso, qualquer ato que venha a violar ou descumprir o mesmo, gera a responsabilidade, como ensina **GONÇALVES (2012, p.57)**:

Uma pessoa pode causar prejuízo a outrem por descumprir uma obrigação contratual. Por exemplo: quem toma um ônibus tacitamente celebra um contrato, chamado contrato de adesão, com a empresa de transporte. Esta, implicitamente, assume a obrigação de conduzir o passageiro ao seu destino, são e salvo. Se, no trajeto, ocorre um acidente e o passageiro fica ferido, dá-se o inadimplemento contratual, que acarreta a responsabilidade de indenizar as perdas e danos, nos termos do art. 389 do Código Civil. Acontece o mesmo quando o comodatário não devolve a coisa emprestada porque, por sua culpa, ela pereceu; com o ator, que não comparece para dar o espetáculo contratado. Enfim, com todas as espécies de contratos não adimplidos.

Como demonstrado pelo autor, o inadimplemento de tal obrigação imposta pelo contrato, é o que gera o dever de indenizar à outra parte, tal como sugere **GAGLIANO (2012, p.62)**:

Se, entre as partes envolvidas, já existia norma jurídica contratual que as vinculava, e o dano decorre justamente do descumprimento de obrigação fixada neste contrato, estaremos diante de uma situação de responsabilidade contratual.

A mesma linha de pensamento também é exposta por **CAVALIERI FILHO (2012, p.16)**, vejamos, “Se preexiste um vínculo obrigacional, e o dever de indenizar é consequência do inadimplemento, temos a responsabilidade contratual, também chamada de ilícito contratual ou relativo”.

Já por outro lado, encontra-se a Responsabilidade Civil Extracontratual, que, também decorre de uma violação, não advinda de um contrato, ou seja, de um direito preexistente entre as partes.

Na responsabilidade extracontratual, a violação decorre de uma norma já existente, como por exemplo, uma Lei, tal como leciona **CAVALIERI FILHO (2012,p.17)**, a respeito do assunto:

Em suma: tanto na responsabilidade extracontratual como na contratual há a violação de um dever jurídico preexistente. A distinção está na sede desse dever. Haverá responsabilidade contratual quando o dever jurídico violado (inadimplemento ou ilícito contratual) estiver previsto no contrato. A norma convencional já define o comportamento dos contratantes e o dever específico a cuja observância ficam adstritos. E como o contrato estabelece um vínculo jurídico entre os contratantes, costuma-se também dizer que na responsabilidade contratual já há uma relação jurídica preexistente entre as partes (relação jurídica, e não dever jurídico, preexistente, porque este sempre se faz presente em qualquer espécie de responsabilidade). Haverá, por seu turno, responsabilidade extracontratual se o dever jurídico violado não estiver previsto no contrato, mas sim na lei ou na ordem jurídica.

Como demonstrado pelo autor, sempre que houver qualquer tipo de lesão a outrem, e as partes não tenham um vínculo jurídico preexistente, essa responsabilidade será extracontratual. Assinala **GONÇALVES (2012,p.57)**:

Quando a responsabilidade não deriva de contrato, diz-se que ela é extracontratual. Neste caso, aplica-se o disposto no art. 186 do Código Civil. Todo aquele que causa dano a outrem, por culpa em sentido estrito ou dolo, fica obrigado a repará-lo. É a responsabilidade derivada de ilícito extracontratual, também chamada aquiliana. Na responsabilidade extracontratual, o agente infringe um dever legal

Como explica o doutrinador, a responsabilidade extracontratual decorre da infração a um dever legal, não há um dever pactuado entre as partes.

Para uma melhor ênfase citamos ainda os ensinamentos de **GAGLIANO (2012,p.63-64)**, vejamos:

Quem infringe dever jurídico *lato sensu* fica obrigado a reparar o dano causado. Esse dever passível de violação, porém, pode ter como fonte tanto uma obrigação imposta por um dever geral do Direito ou pela própria lei quanto uma relação negocial preexistente, isto é, um dever oriundo de um contrato. O primeiro caso é conhecido como responsabilidade civil aquiliana.

Esse autor seguindo a mesma linha de raciocínio dos outros acima citados, ainda destaca alguns elementos para uma melhor compreensão das diferenças existentes entre as espécies de responsabilidades citadas, **GAGLIANO (2012,p.64)**:

Três elementos diferenciadores podem ser destacados, a saber, a *necessária preexistência de uma relação jurídica* entre lesionado e lesionante; *o ônus da prova quanto à culpa*; e *a diferença quanto à capacidade*.

Diante de tudo que foi exposto, fica claro que, a diferença básica entre tais responsabilidades, é a existência ou não de um vínculo preexistente entre as partes, tendo em vista, que ambas estarão violando direitos, havendo apenas a dúvida em se estes estariam pactuados anteriormente, na forma de contrato, ou se seriam normas gerais.

3.3 - RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.

A Responsabilidade Civil nas relações de consumo tem como principal objetivo proteger o consumidor, tendo em vista que, o mesmo é o lado mais vulnerável da relação jurídica, haja vista, o fornecedor ter maior capacidade comprobatória frente a este. Tal relação está regida pelo Código de Defesa do Consumidor, implementado em 1991, como leciona **CAVALIERI FILHO (2012, p.18)**:

Em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, que em seu art. 5Q,XXXII, determina que o "Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor", em março de 1991 entrou em vigor o Código de Defesa do Consumidor, cuja disciplina provocou uma verdadeira revolução em nossa responsabilidade civil. Em virtude da origem constitucional do mandamento de defesa do consumidor, o art. 1 Q desse diploma legal autodefine suas normas como sendo de ordem pública e de interesse social, vale dizer, de aplicação necessária e observância obrigatória, pois, como de todos sabido, as normas de

ordem pública são aquelas que positivam os valores básicos de uma sociedade.

No mesmo sentido, **GONÇALVES (2012, p.60)**, demonstra também a vulnerabilidade do consumidor em tal relação:

Partindo da premissa básica de que o consumidor é a parte vulnerável das relações de consumo, o Código pretende restabelecer o equilíbrio entre os protagonistas de tais relações. Assim, declara expressamente o art. 1º que o referido diploma estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, acrescentando serem tais normas de ordem pública e interesse social. De pronto, percebe-se que, tratando-se de relações de consumo, as normas de natureza privada, estabelecidas no Código Civil de 1916, onde campeava o princípio da autonomia da vontade, e em leis esparsas, deixaram de ser aplicadas. O Código de Defesa do Consumidor retirou da legislação civil (bem como de outras áreas do direito) a regulamentação das atividades humanas relacionadas com o consumo, criando uma série de princípios e regras em que se sobressai não mais a igualdade formal das partes, mas a vulnerabilidade do consumidor, que deve ser protegido.

Para maior ênfase, insta mencionar o referido **art.1º, do Código de Defesa do Consumidor** citado pelo autor, para uma melhor compreensão de tais normas:

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Bem como, os artigos da Constituição Federal citados no Código de Defesa do Consumidor, como destaca o **Art.5º, da Constituição Federal de, 1988**:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Da mesma forma expõe o **Art.170, inciso V, também da Constituição Federal, de 1998**:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor.

Conforme dispõe o **Art.48 da própria Constituição Federal, de 1988**, "Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da

Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.”, deixando claro a obrigação do estado frente à defesa do consumidor, parte vulnerável nesta relação.

Diante disso, expõe **CAVALIERI FILHO (2012, p.18)**, sobre o campo de atuação do **Código de Defesa Do Consumidor**, vejamos:

Essa lei, a fim de dar cumprimento à sua vocação constitucional, criou uma sobre estrutura jurídica multidisciplinar, aplicável a todas as relações de consumo, onde quer que vierem a ocorrer - no Direito Público ou Privado, contratual ou extracontratual, material ou processual; instituiu uma disciplina jurídica única e uniforme destinada a tutelar os direitos materiais ou morais de todos os consumidores em nosso país.

Com base no ensinamento passado pelo autor, fica clara a importância de tal Código para o nosso ordenamento jurídico.

Ato contínuo, o Código de Defesa do Consumidor, é de suma importância pois unificou as normas a serem usadas em todas as relações de consumo, ainda com base na vulnerabilidade do consumidor, frente ao fornecedor, valendo, pois, ressaltar alguns benefícios, como demonstra **GONÇALVES (2012, p.60-61)**:

Determina-se expressamente a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (CDC, art. 28) e coloca-se como um dos direitos básicos do consumidor “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil...” (art. 6º, VIII).

Com base no ensinamento de **GONÇALVES (2012, p.60-61)**, fica clara a proteção que o consumidor tem no Código de Defesa do Consumidor, pois, o mesmo além de ter o benefício da desconsideração da personalidade jurídica, para fins de alcançar seus objetivos para com o fornecedor, ainda tem o privilégio da inversão do ônus da prova, quando estiver sendo acusado de algo, não restando assim qualquer dúvida sobre a proteção dada ao mesmo.

Vale ressaltar, que, algumas situações a relação de consumo, conta com a Responsabilidade Objetiva como fator primordial.

Ista demonstrar, quais situações são regidas pela Responsabilidade Objetiva, com base nos ensinamentos de **GONÇALVES (2012, p.60)**:

No referido sistema codificado, tanto a responsabilidade pelo fato do produto ou serviço como a oriunda do vício do produto ou serviço são de natureza objetiva, prescindindo do elemento culpa a obrigação de indenizar atribuída ao fornecedor.

Fica assim claro, mais uma vez a segurança jurídica implementada por tal Código, frente à defesa dos interesses do consumidor nas relações de consumo.

3.4 - A RESPONSABILIDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.

Tal responsabilidade é estipulada aos estabelecimentos de ensino, em razão dos mesmos manterem uma relação de consumo com os educandos, pois, em função de tal atividade auferem lucros.

Vale salientar que a referida responsabilidade vem elencada no **Art.932**, do **Código Civil, de 2002**, vejamos:

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:
I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;
IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

Como demonstrado pelo referido código, a responsabilidade dos estabelecimentos de ensino é imposta de forma objetiva, devendo estes exercer a reparação civil pelos atos praticados por seus educandos.

Para uma maior compreensão, observa-se os ensinamentos de alguns doutrinadores a respeito da matéria.

Vale demonstrar os ensinamentos de **CAVALIERI FILHO (2012, p.222)**:

O estabelecimento de ensino, como fornecedor de serviços que é, responde independentemente de culpa, vale dizer, objetivamente, pela reparação dos danos causados aos seus alunos por defeitos relativos à prestação dos serviços. O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, quer quanto ao modo de seu fornecimento, quer quanto ao resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam. O fortuito interno não desonera o dever de indenizar do fornecedor de serviços, pelo que irrelevante se o defeito .§ previsível ou não.

Para uma melhor compreensão, insta destacar o Art.14, do **Código de Defesa do Consumidor**, que estabelece a responsabilidade objetiva ao fornecedor:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

- I - o modo de seu fornecimento;
- II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
- III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

- I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;
- II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Como demonstrado pelo **Art.14**, do referido Código, nota-se a imposição da responsabilidade objetiva. Nessa mesma linha de raciocínio, segue o doutrinador **VENOSA (2003, p.71)**, que assim dispõe:

Enquanto o aluno se encontra no estabelecimento de ensino e sob sua responsabilidade, este é responsável não somente pela incolumidade física do educando, como também pelos atos ilícitos praticados por este a terceiros. Há um dever de vigilância e incolumidade inerente ao estabelecimento de educação que, modernamente, decorre da responsabilidade objetiva do Código de Defesa do Consumidor. O aluno é consumidor do fornecedor de serviços, que é a instituição educacional. Se o agente sofre prejuízo físico ou moral decorrente da atividade no interior do estabelecimento ou em razão dele, este é responsável. Responde, portanto, a escola, se o aluno vem a ser agredido por colega em seu interior ou vem a acidentar-se em seu interior. Pode até mesmo ser firmada a responsabilidade civil, ainda que o educando se encontre fora das dependências do estabelecimento: imaginemos a hipótese de danos praticados por aluno em excursão ou visita organizada, orientada ou patrocinada pela escola. Nesse caso, o dever de vigilância dos professores e educadores é ambulatório, isto é, acompanha os alunos.

Nesse mesmo sentido, explana **CAVALIERI FILHO (2012, p.248)**, a respeito da guarda e vigilância do educando:

No que respeita à responsabilidade desses estabelecimentos pelos danos causados pelos seus hóspedes e educandos a terceiros o preceito é restrito ao período em que estiverem sob a vigilância do hospedeiro, compreendendo apenas o que ocorre no interior do estabelecimento ou em seus domínios.

Como demonstrado pelos autores, a instituição de ensino não fica responsável apenas pelos atos sofridos pelo educando, mas também, pelos atos que o mesmo venha a imprimir contra terceiros.

Outra grande questão a respeito de tal responsabilidade é sobre seu enquadramento, ou seja, se esta seria enquadrada pelo Código civil ou pelo Código de Defesa do Consumidor, a respeito disso, leciona o doutrinador **GONÇALVES (2012, p.150)**:

Embora o Código Civil seja bastante amplo, não esgota toda a matéria do direito privado. Se fosse essa a intenção do legislador, teria trazido para o seu bojo tudo o que consta da legislação especial. Todavia, o art. 593 do novel diploma dispõe:

“A prestação de serviço, que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, reger-se-á pelas disposições deste capítulo”.

Verifica-se, portanto, que as regras do Código Civil sobre prestação de serviço têm caráter residual, aplicando-se somente às relações não regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelo Código do Consumidor.

Verifica-se portanto, com base nos ensinamentos do autor, que o Código de Defesa do Consumidor é quem irá reger a relação existente entre as instituições de ensino e o educando.

Para uma maior ênfase, o autor **GONÇALVES (2012, p.151)**, ainda destaca que não há qualquer incompatibilidade, tendo em vista que ambos os códigos adotam a mesma espécie responsabilidade, qual seja:

No caso dos educadores não há incompatibilidade entre o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor a respeito dos prestadores de serviço em geral e o novo Código Civil, pois ambos acolheram a responsabilidade objetiva, independentemente de culpa. Assim, se o art. 933 do novo Código Civil preceitua que as pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente (pais, tutores, curadores, empregadores, donos de hotéis e de escolas e os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime) terão responsabilidade objetiva, respondendo pelos terceiros ali referidos “ainda que não haja culpa de sua parte”.

Como enfatiza o autor, não há qualquer tipo de incompatibilidade no uso do Código de Defesa do Consumidor para reger tais relações, tendo em vista que, o referido Código é lei especial e só poderia deixar de ser implementado em desfavor do Código Civil, apenas se o mesmo não contivesse alguma norma específica.

Vale destacar ainda a relação dos pais em tal responsabilidade, pois os mesmos não podem ser responsabilizados pelos atos praticados por seus filhos, no horário que se encontram na instituição de ensino, tendo em vista que, estes não possuem sua guarda e vigilância como destacado pelos autores.

Ocorre porem, alguns casos em que mesmo não exercendo tal guarda e vigilância os pais podem ser responsabilizados, haja vista, mantiveram um nexo de

causalidade com o fato concreto, como demonstrado por um exemplo dado pelo doutrinador **GONÇALVES (2012, p.154)**:

Os pais somente poderão ser responsabilizados, excepcionalmente, quando comprovado o nexo de causalidade entre a sua conduta e o dano sofrido pela vítima, como, por exemplo, quando descuidou da guarda de arma de fogo, que foi levada pelo filho à escola.

Conforme destaca o autor, apesar de ser excepcional, os pais podem ser também responsabilizados por atos praticados por seus filhos durante o período em que estes se encontrem sob a guarda e vigilância da instituição de ensino.

Vale destacar ainda, que sobre educandos maiores, não há porque se falar em responsabilidade das escolas, tendo em vista que esses já possuem capacidade civil para arcar com os atos praticados, como leciona **GONÇALVES (2012, p.154-155)**:

Em se tratando de educandos maiores, nenhuma responsabilidade cabe ao educador ou professor, pois é natural pensar que somente ao menor é que se dirige essa responsabilidade, porquanto o maior não pode estar sujeito a essa mesma vigilância que se faz necessária a uma pessoa menor.

Como demonstrado pelo autor, fica claro que tal responsabilidade objetiva imposta as instituições de ensino, só podem ser aplicadas em face do educando menor, haja vista, o educando maior, além de poder arcar com suas responsabilidades, não necessitar da mesma vigilância empregada ao menor.

4 – BULLYING ESCOLAR

4.1 - CONCEITO DE BULLYING.

O fenômeno *bullying* apesar de ser pauta recente nos debates sobre o comportamento dentro das escolas, não só no Brasil como no mundo, é um fenômeno que já está há muitos e muitos anos em nossa realidade, como demonstra **SILVA (2010,p.111)**:

O bullying é um fenômeno tão antigo quanto a própria instituição denominada escola. No entanto, o tema só passou a ser objeto de estudo científico no início dos anos 70. Tudo começou na Suécia, onde grande parte da sociedade demonstrou preocupação com a violência entre estudantes e suas consequências no âmbito escolar.

Como demonstrado pelo ensinamento da autora, é um problema que já vem de longa data causando transtornos no âmbito escolar, no mesmo sentido segue o autor **TEIXEIRA (2011, p.20)**:

Bullying entre estudantes é um fenômeno antigo, mas só foi a partir dos estudos do pesquisador nórdico Dan Olweus, no início da década de 1970, que o problema passou a ser estudado com maior interesse pela comunidade internacional.

Percebe-se que, apesar do problema não ser um fenômeno recente, esse só teve estudos a respeito de suas características e consequências a poucas décadas.

O termo “*bullying*” é derivado da língua inglesa, como demonstra **SILVA (2012, p.21)**:

De origem na língua inglesa e sem tradução no Brasil, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Dentre esses comportamentos podemos destacar as agressões, os assédios e as ações desrespeitosas, todos realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores.

Nesse sentido, também expõe **TEIXEIRA (2011, p.20)**:

*A palavra *bullying* é um termo inglês e deriva do verbo *to bully*, que significa ameaçar, intimidar e dominar. Não existe uma tradução exata para esse termo, mas a expressão resume bem o conjunto de comportamentos agressivos que tanto preocupa pais e professores.*

Ainda sobre o termo “*bullying*”, **SILVA (2012, p.21)**, destaca o seu significado:

Se recorrermos ao dicionário, encontraremos as seguintes traduções para a palavra *bully*: indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão. Já a expressão *bullying* corresponde a um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por um *bully* (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender. Seja por uma questão circunstancial ou por uma desigualdade subjetiva de poder, por trás dessas ações sempre há um *bully* que domina a maioria dos alunos de uma turma e “proíbe” qualquer atitude solidária em relação ao agredido.

Nesse mesmo sentido, conceitua o autor **CAMARGO (2010, primeiro parágrafo)**:

Bullying é um termo da língua inglesa (*bully* = “valentão”) que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder.

Assim como segue **TEIXEIRA (2011, p.19)**:

Bullying pode ser definido como o comportamento agressivo entre estudantes. São atos de agressão física, verbal, moral ou psicológica que ocorrem de modo repetitivo, sem motivação evidente, praticados por um ou vários estudantes contra outro indivíduo, em uma relação desigual de poder, normalmente dentro da escola. Ocorre principalmente em sala de aula e no horário do recreio.

E LOPES NETO (2005, p.165):

O *bullying* compreende todas as atividades agressivas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas contra um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executados dentro de uma relação desigual de poder. Essa assimetria de poder desigual associada ao *bullying* pode ser conseqüente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes.

Conforme destaca os autores, nota-se que o problema, além de não ser novo no âmbito escolar, provoca agressões em nossas crianças e adolescentes de forma repetitiva, e pior, sem que haja qualquer tipo de motivo.

Há uma grande dificuldade em se caracterizar o fenômeno, tendo em vista que, o mesmo é confundido na maioria das vezes com brincadeiras realizadas entre as crianças, nesse sentido, **COSTANTINI (2004, p.69)**, leciona:

Não são conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças, que, sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente a indivíduos particularmente mais vulneráveis e

incapazes de se defenderem, o que leva no mais das vezes a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização.

De acordo com o autor, a questão não apresenta características normais que ocorrem entre os alunos, mas formas agressivas que sempre possuem a intenção de causar sofrimento a vítima de forma repetida.

4.2 - FORMAS & MODOS DO BULLYING.

O fenômeno *bullying* se apresenta de variadas formas, sempre com o intuito de agredir a vítima e ofendê-la. Tal problema não é apresentado apenas por um único sexo, mas tanto o sexo masculino, bem como, o feminino se enquadram na prática de tal fenômeno.

Para uma melhor compreensão, insta mencionar os ensinamentos da doutrinadora **SILVA (2012, p.22-23)**:

Essa versatilidade de atitudes maldosas contribui não somente para a exclusão social da vítima, como também para muitos casos de evasão escolar, e pode se expressar das mais variadas formas, como as listadas a seguir: Verbal: Insultar, ofender, xingar, fazer gozações, colocar apelidos pejorativos, fazer piadas ofensivas, “zoar”, Físico e Material: Bater, chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, roubar, furtar ou destruir os pertences da vítima, atirar objetos contra as vítimas, Psicológico e Moral: Irritar, humilhar e ridicularizar, excluir, isolar, ignorar, desprezar ou fazer pouco caso, discriminar, aterrorizar ou ameaçar, chantagear e intimidar, tyrannizar, dominar, perseguir, difamar, passar bilhetes e desenhos entre os colegas de caráter ofensivo, fazer intrigas, fofocas ou mexericos, Sexual: abusar, violentar, assediar e insinuar.

Consoante expressa a autora, independente da forma que o bullying venha a ser enquadrado para ofender a sua vítima, todas demonstram um alto grau de ofensa.

Nesse sentido também leciona **TEIXEIRA (2011, p.24-25)** “Basicamente os sintomas do *bullying* podem ser divididos em quatro categorias: Física, verbal, moral ou psicológica e sexual”.

Assim como mencionado pela **Lei 13.185**, que institui o **Programa de Combate à Intimidação Sistemática(Bullying)**:

Art. 3º A intimidação sistemática (**bullying**) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
IV - social: ignorar, isolar e excluir;
V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
VI - físico: socar, chutar, bater;
VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Todas essas formas de *bullying* são impostas as suas vítimas mediante dois modos operantes, o chamado *bullying* direto, como também, o *bullying* indireto, vejamos agora os ensinamentos de **TEIXEIRA (2011, p.25)**, a respeito do *bullying* direto.

No *bullying* direto presenciamos ataques deliberados. O agressor ataca sua vítima de forma verbal, com xingamentos, ameaças e intimidações, ou fisicamente, com chutes, socos e empurrões. São os atos mais facilmente identificados e praticados, principalmente pelos meninos.

De acordo com o autor, constata-se que nesse modo de praticar o fenômeno o agressor age diretamente na sua vítima, atacando a mesma de varias formas possíveis, vejamos agora o ensinamento de **TEIXEIRA (2011, p.25)** a respeito do *bullying* indireto:

No *bullying* indireto presenciamos atos velados, escondidos, em que o agressor ataca sua vítima de forma subliminar. Normalmente esse assédio é executado por difamação, isolamento e exclusão social, por exemplo.

Nota-se pelos ensinamentos do autor, que o *bullying* não se apresenta apenas em formas de agressões físicas, a mera exclusão ou isolamento já o caracteriza, e trás conseqüências tão graves quanto as oriundas das agressões físicas.

Mediante a explanação de tais modos operantes, insta demonstrar qual sexo se utiliza mais de tais formas, como demonstra os ensinamentos de **VEIGA SIMÃO (2004)**, apud **FREIRE (2006, p.161)**:

Enquanto a agressividade entre alunos, genericamente considerada, não é experimentada de forma muito diversa pelos dois gêneros, no *bullying*, existe uma tendência para as alunas estarem mais envolvidas em situações de agressões indiretas e os alunos em situações de agressões físicas; quer como vítimas, quer como agressores, as alunas envolvem-se especialmente em situações de *bullying* indireto e de agressão verbal.

Nesse sentido, também segue os ensinamentos de **TEIXEIRA, Gustavo (2011, p.26)**:

Essas características são marcantes na hora em que descrevemos os perfis masculinos e femininos dos agressores. Nos meninos costumamos identificar atos mais agressivos e hostis, prevalecendo a força física e ações mais diretas e violentas. Já as meninas tendem a ser mais indiretas nas agressões, praticando principalmente atos de exclusão, inventando histórias difamatórias, criando intrigas, espalhando fofocas, por exemplo.

Mediante as explicações dos autores, **CAMACHO (2000)**, apud **PAREDES, Saul e Bianchi (2006, p.112)**, manifesta-se porque as formas sem agressão física são mais utilizadas entre as alunas:

As agressões verbais são disparadamente mais sentidas pelas alunas. Elas têm uma grande sensibilidade para essa forma, porque delas podem surgir sentimentos de humilhação e constrangimento.

Independente da forma ou modo em que esse fenômeno é aplicado, se torna clara a gravidade que o mesmo implica as crianças e as instituições de ensino.

4.3 - OS AGRESSORES.

Os agressores ou *bullies* como também são conhecidos, são de ambos os sexos e apresentam algumas características marcantes, vejamos os ensinamentos de **SILVA (2012, p.43)**:

Eles podem ser de ambos os sexos. Possuem em sua personalidade traços de desrespeito e maldade e, na maioria das vezes, essas características estão associadas a um perigoso poder de liderança que, em geral, é obtido ou legitimado através da força física ou de intenso assédio psicológico. O agressor pode agir sozinho ou em grupo.

O autor **TEIXEIRA (2011, p.31)**, também destaca essa agressividade encontrada nos autores, observemos:

Os autores de *bullying*, também chamados de *bullies* ou agressores, apresentam características peculiares de comportamento, como uma agressividade e impulsividade mais exacerbada do que a maioria dos outros estudantes e um desejo por dominar, humilhar e subjugar os demais. Eles são fisicamente mais fortes e suas posturas de confronto e desafio podem ser também identificadas contra pais, professores e outros adultos.

Nessa mesma linha de raciocínio segue **LOPES NETO (2005, p.167, grifo nosso)**:

É tipicamente popular; tende a envolver-se em uma variedade de comportamentos antissociais; pode mostrar-se agressivo inclusive com adultos; é impulsivo; vê sua agressividade como qualidade; tem opiniões positivas sobre si mesmo; é geralmente mais forte que seu alvo; sente prazer em dominar, controlar e causar danos e sofrimentos a outros. Além disso pode existir um “componente benefício” em sua conduta, como ganhos sociais e materiais. São menos satisfeitos com a escola e a família, mais propensos ao absenteísmo e a evasão escolar e têm uma tendência maior para apresentar comportamentos de risco (consumir tabaco, álcool ou outras drogas, portar armas, brigar e etc.). As possibilidades são maiores em crianças ou adolescentes que adotam atitudes antissociais antes da puberdade e por longo tempo.

Consoante destacam os autores, os agressores apontam comportamentos antissociais, possuem uma grande probabilidade de apresentarem comportamentos de risco, dentre outros, e possuem uma grande popularidade entre os estudantes.

Nesse sentido destaca o autor **TEIXEIRA (2011, p.32)**, “Não possuem baixa auto estima, normalmente são muito autoconfiantes e podem ser considerados populares por muitos estudantes.”. Essa linha de raciocínio é seguida por muitos autores, mas para **FANTE (2005, p.73)**, o agressor não possui tal afirmação, “Costuma ser um individuo que manifesta pouca empatia”.

Vale salientar outro ponto destacado por **SILVA (2012, p.43)**, em relação ao ataque em grupo a vítima, expressando o aumento de poder em relação a mesma:

Quando ele está acompanhado de seus “seguidores”, seu poder de destruição” ganha reforço exponencial, o que amplia seu território de ação e sua capacidade de produzir mais e novas vítimas.

Sobre o referido assunto, também leciona **TEIXEIRA, Gustavo (2011, p. 32)**:

Como a covardia é outra marca dos *bullies*, não costumam agir sozinhos, são seguidos por dois ou mais alunos que reforçam a noção de grupo utilizando-se disso para impor mais medo e insegurança aos alvos da violência.

Torna-se nítido através dos ensinamentos dos referidos autores, que o agressor, além de ter uma grande capacidade de agredir suas vitimas sozinho, também conta com a alternativa de uma abordagem ainda mais violenta quando a faz em grupo, causando resultados ainda piores a suas vítimas.

4.4 – VÍTIMAS DE BULLYING.

As vítimas do fenômeno, geralmente são crianças e adolescentes que são tímidos, não possuem muito envolvimento social e estão sempre em desvantagem ao seu agressor, como demonstra os ensinamentos de **SILVA (2012, p.37)**:

As vítimas típicas são alunos que apresentam pouca habilidade de socialização. Em geral são tímidas ou reservadas, e não conseguem reagir aos comportamentos provocados e agressivos dirigidos contra elas.

Nesse mesmo sentido, leciona **TEIXEIRA (2011, p.33-34)**:

As vítimas ou alvos são aqueles estudantes que cedem as agressões dos *bullies*. A incapacidade de se defender das agressões e a negação em solicitar ajuda por medo dos agressores, ou por acreditar na impunidade, ajudam na manutenção do problema. Normalmente são crianças tímidas, retraídas, introspectivas, fisicamente mais fracas, menores e mais jovens que os agressores.

Bem como, **FANTE (2005, p.72)**:

A vítima típica possui extrema sensibilidade, timidez, passividade, submissão, insegurança, baixa autoestima, alguma deficiência de aprendizado, ansiedade e aspectos depressivos, sente dificuldade de impor-se ao seu grupo, tanto física como verbalmente, e tem uma conduta habitual não agressiva, motivo pelo qual parece denunciar ao agressor que não irá revidar se atacada e que é “presa fácil” para seus abusos.

Diante do exposto pelos autores, nota-se que esse tipo de vítima é a chamada vítima pura, aquela que em nada se empenhou para se tornar alvo, como destaca **TEIXEIRA (2011, p.36)**, “A vítima pura seria o estudante que não fez nada para se tornar alvo, ele é escolhido pelo *bully*.”.

Nota-se, portanto, que existe outro tipo de vítima, ou seja, aquela que em algum momento cometeu algo que veio a desencadear a prática do fenômeno, essas vítimas são chamadas de “vítima provocada”, vejamos os ensinamentos dos autores a respeito da mesma.

Segundo o autor **TEIXEIRA (2011, p.37)**:

A vítima provocada é aquele estudante que liberadamente provoca e irrita os colegas de sala de aula, despertando o desejo de ataque dos *bullies*. Apesar da postura mais submissa da maioria dos alvos de *bullying*, esses alunos considerados vítimas provocadas são estudantes que têm um perfil mais ansioso e explosivo.

De acordo com os fatos narrados pelo autor, essa categoria de vítima, comete atos para que venha a sofrer tal fenômeno, não conseguindo porém, aguentar tais reações.

Ainda sobre o tema, insta destacar a categoria de vítima menos comum, mas que existe e contribui em muito para o desenvolvimento do fenômeno no âmbito escolar, são as chamadas vítimas agressivas, destaca os ensinamentos de **SILVA (2012, p. 42)**:

A vítima agressora faz valer os velhos ditos populares “Bateu, levou” ou “tudo que vem tem volta”. Ela reproduz os maus-tratos sofridos como forma de compensação, ou seja, ela procura outra vítima, ainda mais frágil e vulnerável, e comete contra esta todas as agressões sofridas.

Conforme o relato da autora, essa categoria de vítima é muito perigosa e incentiva em muito o crescimento do fenômeno no âmbito escolar, tendo em vista que, as agressões só tendem a aumentar, como destaca **SILVA (2012, p.42)**:

Isso aciona o efeito “cascata” ou de círculo vicioso, que transforma o *bullying* em um problema de difícil controle e que ganha proporções infelizes de epidemia mundial de ameaça à saúde pública.

Nota-se pelos ensinamentos da autora que essa categoria de vítima influencia em muito para o crescimento do fenômeno nas instituições de ensino. Para finalizar o tema, insta destacar os ensinamentos de **FANTE (2005, p.167)** a respeito dos fatores que facilitam para que uma criança ou adolescente se torne uma vítima:

Os fatores vão desde os métodos educativos familiares, até a proteção excessiva, gerando dificuldades para enfrentar os desafios e se defender; tratamento infantilizado, causando desenvolvimento psíquico e emocional aquém do aceito pelo grupo; e o papel de “bode expiatório” da família, sofrendo críticas sistemáticas e sendo responsabilizados pelas frustrações dos pais.

Como demonstrado pelo autor e pelos demais já referidos, a vítima de *bullying* tem dificuldade de se defender frente as agressões sofridas advindas de seus agressores.

4.5 - TESTEMUNHAS.

Tais indivíduos são aqueles que observam as agressões sofridas pelas vítimas, estão estes divididos em três categorias das quais veremos no decorrer,

para uma melhor compreensão, vale ressaltar o conceito dos espectadores segundo **SILVA (2012, p. 45)**:

Os espectadores são aqueles alunos que testemunham as ações dos agressores contra as vítimas, mas não tomam qualquer atitude em relação a isso: não saem em defesa do agredido, tampouco se juntam aos agressores.

Sobre o tema leciona **TEIXEIRA, Gustavo (2011, p.37-38)**:

As testemunhas são os alunos que não se enquadram nem entre os autores, nem entre os alvos do *bullying*, entretanto convivem diariamente com o medo de se tornarem as próximas vítimas das agressões. Uma vez que os índices estimados de agressores e vítimas giram em torno de trinta por cento dos estudantes, podemos concluir que as testemunhas representam a grande maioria de alunos que convivem com os espectadores de toda essa violência na escola.

Nessa mesma linha, segue **Orson (2010, parágrafo quarto)**:

As pessoas que testemunham o bullying, na grande maioria, alunos, convivem com a violência e se silenciam em razão de temerem se tornar as “próximas vítimas” do agressor. No espaço escolar, quando não ocorre uma efetiva intervenção contra o *bullying*, o ambiente fica contaminado e os alunos, sem exceção, são afetados negativamente, experimentando sentimentos de medo e ansiedade.

Há ainda outras duas modalidades de espectadores, os ativos, que são aqueles que apesar de não participarem na agressão diretamente, ficam rindo e incentivando para que o agressor assim o faça, bem como os espectadores neutros, que também não participam na agressão, mas não fazem nada para que a mesma venha a ser controlada, seja por não se importar com a vítima ou até mesmo com a prática do fenômeno, seja por medo de sofrer conseqüências por manifestar-se **(SILVA, 2012, p.46)**.

De acordo com o relato dos autores, identifica-se que o medo de sofrer conseqüências com a denuncia do fenômeno é um fator de suma importância para que o problema venha a tomar à proporção que vem alcançando.

4.6 - CONSEQUENCIAS DO BULLYING.

A prática de tal fenômeno causa diversos tipos de conseqüências as suas vítimas, conseqüências estas que são levadas até mesmo a sua fase adulta, destaca os ensinamentos de **SILVA (2012, p.25)**:

A prática de *bullying* agrava o problema preexistente, assim como pode abrir quadros graves de transtornos psíquicos e/ou comportamentais que, muitas vezes, trazem prejuízos irreversíveis.

Sobre o tema, leciona **TEIXEIRA (2011, p.55)**:

As conseqüências para os alunos vítimas de *bullying* são devastadoras. Esses estudantes experimentam um grande sofrimento psíquico que pode interferir intensamente no desenvolvimento social, emocional e em suas performance escolar.

Segundo ressalta o autor, o fenômeno causa diversos tipos de problemas nas crianças e adolescentes, diante disso, vale a pena listar alguns problemas: Sintomas Psicossomáticos, transtorno do pânico, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de ansiedade social, depressão, anorexia e bulimia, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), transtorno do estresse pós traumático (TEPT), assim como fobia escolar, e os menos freqüentes, porem, não menos importantes como a esquizofrenia e suicídio. **(SILVA, 2012, p. 25-32)**

Vale destacar entre esses a fobia escolar, não que seja mais importante do que os outras conseqüências, mas tal fator é de relevante importância, pois, acarreta um grande numero de evasão escolar; como demonstra os ensinamentos de **SILVA (2012, p.26)** a respeito do mesmo:

Caracteriza-se pelo medo intenso de freqüentar a escola, ocasionando repetências por falta, problemas de aprendizagem e/ou evasão escolar. Quem sofre de fobia escolar passa a apresentar diversos sintomas psicossomáticos e todas as reações do transtorno do pânico, dentro da própria escola; ou seja, a pessoa não consegue permanecer no ambiente onde as lembranças são traumatizantes.

Perante o esclarecimento da autora, identifica-se a vontade do educando em não permanecer na escola, tendo em vista que, o estudante possui lembranças traumatizantes, decorrente disso, muitos pais retiram seus filhos das escolas tendo a ilusão de que estes se livraram de tais traumas.

Ocorre que, segundo **MORAIS (2013, penúltimo parágrafo)**, “Os estragos em termos emocionais não desaparecem só porque a pessoa se afasta das situações violentas ou quando deixa de ser vítima de *bullying*. Ficam “lá””.

Nota-se, através do relato da psicóloga que, independente do aluno continuar na mesma escola ou não, o mesmo sempre vai sofrer com as agressões sofridas.

Vale salientar que, tais agressões imprimidas pelos agressores não trazem conseqüências apenas a suas vítimas, os próprios agressores também adquirem

consequências mediante tais condutas, como leciona **GARCIA (2010, segundo parágrafo)**:

Se o comportamento agressivo não é desafiado na infância, há o risco de que ele se torne habitual. Realmente, há evidência documental que indica que a prática do bullying durante a infância põe a criança em risco de comportamento criminoso e violência doméstica na idade adulta.

Como demonstrado pelos autores, o fenômeno causa grandes consequências em nossas crianças e adolescentes, demonstrando um grande poder de lesão frente aos mesmos, não só para as vítimas, como também para os agressores, causando consequências até mesmo na fase adulta do indivíduo.

4.7 - FORMAS DE COMBATE AO BULLYING.

O *bullying* é um problema social e deve ser encarado assim por todos nós, para a prevenção do mesmo é de suma importância que todos os envolvidos tenham conhecimento a respeito deste. Este conhecimento deve ser implementado aos pais, alunos, professores e toda a sociedade, afim de, combatê-lo de forma eficaz, para isso é necessário que haja campanhas e programas de prevenções nas escolas **(SILVA, 2012, p.161)**.

Nesse sentido, também segue **TEIXEIRA (2011, p.69)**, demonstrando o uso de programas *antibullying*, observemos:

O objetivo do programa *antibullying* é aumentar o conhecimento , alertando e capacitando pais, professores, coordenadores pedagógicos, demais profissionais da educação e a sociedade de um modo geral sobre o *bullying* e a violência escolar. Além disso, visa a prevenir o surgimento de novos casos de violência escolar e a tratar os casos existentes na instituição de ensino.

Segundo os ensinamentos dos autores, o principal objetivo em campanhas e programas *antibullying* é a capacitação para que as partes envolvidas conheçam o problema, possam identificá-lo e entendam o quanto grave vem a ser para o contexto escolar.

Para que qualquer tipo de programa ou campanha seja utilizado é necessário que a escola reconheça que o *bullying* existe, como leciona **SILVA (2012, p.162)**:

Para começar a virar esse jogo, as escolas precisam, inicialmente, reconhecer a existência do *bullying* (em suas diversas formas) e tomar consciência dos prejuízos que ele pode trazer para o

desenvolvimento socioeducacional e para a estruturação da personalidade de seus estudantes. *Bullying* é um fato e não dá mais para botar panos quentes nas evidências.

Como dispõe os ensinamentos da autora, a aceitação de que o fenômeno existe e está presente é de relevante importância, a autora ainda destacou outros dois passos de grande relevância para que o mesmo seja combatido **SILVA (2012, p.162)**:

Como segundo passo, mas não menos importante, as escolas necessitam capacitar seus profissionais para a identificação, o diagnóstico, a intervenção e o encaminhamento adequado de todos os casos ocorridos em suas dependências.

Como demonstrado pela autora, a identificação é de suma importância para o combate do problema, bem como, saber combatê-lo da forma correta. Ainda sobre o tema leciona sobre a terceira etapa para um combate eficaz **SILVA (2012, p.162)**:

Em terceiro lugar, as instituições de ensino têm o dever de conduzir o tema a uma discussão ampla, que mobilize toda a sua comunidade (e seu retorno), para que estratégias preventivas e imediatas sejam traçadas e executadas com o claro propósito de enfrentar a situação. Para tanto, é preciso também contar com a colaboração de consultores externos, especializados no tema e habituados a lidar com a questão. Entre eles, incluem-se profissionais de diversas áreas, como pediatras, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais.

De acordo com as explicações da autora que a informação é muito importante para o combate do problema, dentre elas, a informação passada ao aluno, parte direta neste caso, para que, o mesmo tenha o conhecimento das gravidades de sua prática no âmbito escolar.

A autora demonstra ainda a necessidade de se contratar profissionais de diversas áreas para que seja possível um combate mais efetivo ao respectivo problema, nesse sentido leciona **TEIXEIRA (2011, p.70)**, a respeito de um programa *antibullying* com todas as características citadas por **SILVA (2012)**:

Divido este programa *antibullying* em 20 itens essenciais, que devem ser implantados na escola para conseguirmos efetivamente combater o *bullying*. Gostaria de lembrar a todos que o programa *antibullying* tem data de início para sua aplicação, mas não tem data de término. Este projeto de combate ao comportamento agressivo entre estudantes deve ser incorporado ao dia a dia da escola de forma continuada e deverá fazer parte da vida acadêmica de alunos, professores, pais e demais profissionais da educação.

Como demonstrado pelo autor, o programa deve ser implementado de forma continua no âmbito escolar, afim de, combater o fenômeno de forma mais constante e eficiente.

Vale destacar as vinte formas que são expostas pelo autor, que seriam, a psicoeducação, palestra inicial aos pais e professores, palestra inicial aos alunos, projeto menor, reuniões de professores e coordenação, disciplina de ética e problemas sociais, caixa de recados, supervisão do âmbito escolar, constituição *antibullying*, elogios e punições, role *playing*, trabalhos em grupo, atividades extracurriculares, esporte, amigos facilitadores, prevenção ao *cyberbullying*, conversa com agressor e vítima, separação dos *bullies*, encaminhamento dos casos graves, treinamento em habilidades sociais (TEIXEIRA, 2011, p.93).

Dentre todas as formas, algumas merecem maior atenção, como a caixa de recados, de suma importância, pois, a vítima poderia se manifestar sem que houvesse qualquer tipo de represália ou até mesmo se sentisse envergonhada frente ao professor, vejamos o lecionamento de TEIXEIRA (2011, p.75) a respeito da mesma:

A caixa de recados funciona como um canal de comunicação entre estudantes e educadores, onde os alunos podem reportar incidentes, pedir ajuda e denunciar atos de *bullying*, por exemplo. A possibilidade do anonimato pode ser importante em casos em que a criança ou adolescente não se sintam confortáveis em falar diretamente sobre o assunto com um professor.

Com base nos ensinamentos do autor, fica clara a importância de tal artefato para a comunicação anônima entre alunos e professores, facilitando com extrema clareza a denúncia de atos de *bullying* no âmbito escolar.

Nota-se também por meio de algumas formas do programa *antibullying* como os esportes, as atividades extracurriculares, trabalhos em grupo, bem como, role *playing*, estimulam o bom convívio entre os alunos. Vejamos os ensinamentos do autor TEIXEIRA (2011, p.83), a respeito das atividades extracurriculares:

Atividades extracurriculares, como passeios e visitas a museus ou uma reserva ambiental, por exemplo, podem ter um impacto positivo no relacionamento dos estudantes. Conceitos de solidariedade, trabalho em equipe e amizade podem ser estimulados e compartilhados entre alunos, professores, coordenadores e monitores.

Segundo o lecionamento dos autores, torna-se óbvia a importância do convívio entre os alunos, o dialogo entre pais, professores e alunos, bem como a

informação a respeito do fenômeno ser exposto desde cedo e de forma contínua, para que não venha a ser esquecido e tenha a possibilidade de ser debatido no âmbito escolar.

Nota-se, que a realização dos referidos programas é de competência da instituição de ensino, como explana o **Art.5º** da Lei.13.185, que institui o **Programa De Combate a Intimidação Sistemática(Bullying)**:

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying).

Conforme o destacado pelo referido artigo, ressalta-se a relevância da escola aceitar que o fenômeno existe, haja vista, a mesma detêm a competência para instituir programas de combate ao problema.

5 – CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, nota-se a grande influência do fenômeno *bullying* nas instituições de ensino brasileira, bem como, o grande índice de agressões sofridas pelas crianças e adolescentes.

Consoante, insta destacar que, a espécie de responsabilidade civil aplicada às instituições de ensino, que seria a responsabilidade civil objetiva, realmente é a melhor opção, tendo em vista que, a atividade educacional imposta pelas instituições de ensino é oriunda do objetivo de auferir lucro por meio de tal atividade.

Ato contínuo, alguns autores destacam que a instituição de ensino que abriga seus educandos sem a intenção de lucro, também devem ser regidas pela mesma espécie de responsabilidade, entendo que seria justo para a mesma a imposição desse tipo de espécie de responsabilidade, tendo em vista que, como defendem os autores, também concordo que a escola detêm a guarda e vigilância desses menores enquanto estão no horário escolar, devendo responder, por todo e qualquer dano causados pelos seus educandos.

Outro ponto que o presente trabalho procurou responder foi de quem seria a responsabilidade pelos atos praticados pelos educandos frente a outros educandos, bem como, a terceiros, nota-se pelos ensinamentos dos autores que tais atos, bem como, os atos de *bullying* praticados contra outros educandos, bem como terceiros, são de responsabilidade da escola, tendo em vista que a esta é aplicada a responsabilidade civil objetiva.

Vale salientar, que, em alguns casos excepcionais alguns autores demonstram que tal responsabilidade pode ser imposta aos pais, mesmo estes não estando na guarda e vigilância dos menores, mas tiverem ligação direta sobre o fato concreto.

Compreendo que seria justo sim os pais também responderem, mas de forma solidaria, pois, em que pese ter havido um descuido dos pais para o surgimento do fato concreto, este veio a ocorrer dentro da instituição de ensino, sobre a guarda e vigilância da mesma, não devendo esta ser eximida de sua responsabilidade.

Já partindo para a espécie de responsabilidade civil de consumo, nota-se claramente a relação de consumo existente entre as instituições de ensino e seus

educandos, pois, as mesmas são fornecedoras de serviços a seus educandos, esses exercendo o papel de consumidor frente às mesmas.

Ademais, os doutrinadores demonstraram que existe uma pequena discussão a respeito de qual código deveria reger a relação existente entre as instituições de ensino e seus educandos, qual código deveria ser aplicado? O Código Civil ou o Código de Defesa do Consumidor, a corrente majoritária se posiciona em favor do Código De Defesa Do Consumidor para reger tal relação.

Compreendo assim como os doutrinadores que o Código De Defesa Do Consumidor é realmente a melhor opção, tendo como base que o referido código é Lei especial, devendo agir o Código Civil somente quando houvesse omissão de normas para reger determinado fato concreto.

Já em relação a um possível prejuízo causado ao consumidor, que nesse caso em tela, seria o educando, nota-se que em nada sairá prejudicado, haja vista, tanto o Código Civil, bem como, o Código de Defesa do Consumidor são implicam as instituições de ensino a responsabilidade objetiva.

Adentrando no fenômeno *bullying* em si, o trabalho tenta demonstrar a sua capacidade frente às instituições de ensino, bem como, as conseqüências que o mesmo traz para nossas crianças e adolescentes, com base nisso, nota-se pelos ensinamentos dos autores que tal fenômeno é muito antigo, os mesmos demonstram que este é inclusive mais velho do que as próprias instituições.

Conforme destacado, o problema esta presente em todas as escolas não só do Brasil como do mundo, a sua capacidade de lesão e imensa, haja vista, o dano sofrido pelos menores são danos muito graves, podendo estes virem a sofrer doenças psicológicas, bem como, problemas na sua formação como adulto.

Nota-se que, o fenômeno é aplicado na maioria das vezes em pessoas tímidas que não possuem uma fácil interação frente aos outros colegas de escola, alguns autores ainda destacam que tais agressões não são facilmente combatidas.

Fato que não ocorre só na escola, onde há um grande numero de casos que se quer são de conhecimento de professores, coordenação e pais, tendo em vista que, as vítimas sentem medo de denunciar por sofrerem represálias, bem como, por muitas vezes não receberem punições adequadas, levando assim ao autor do *bullying* a ser um reincidente, tendo em vista, o ar de impunidade.

Já em relação aos *bullies*, como são chamados também os agressores, são pessoas que estão superiores a sua vítima, seja na forma física, desenvolvimento mental e emocional ou até mesmo condição financeira, esse entendimento é majoritário.

Compreendo que realmente na maioria das vezes é justamente isso que ocorre, porém, muitos atos de *bullying* são praticados também perante pessoas em situações sociais totalmente parecidas, são praticados pelo simples fato de alguma forma agredir ou humilhar o outro, sem nenhum motivo aparente.

Outro fator de grande importância levantado por esse trabalho foi a importância da informação a respeito do fenômeno, não só pelos alunos, bem como, pelos pais, pelos professores e coordenação das instituições de ensino.

Torna-se nitido mediante os ensinamentos doutrinários que a informação é uma das principais formas de tentar superar tal problema frente as escolas brasileiras, haja vista, com informações as crianças e adolescentes poderiam ter uma noção dos problemas que o fenômeno causa não só para seus colegas, bem como, a transformação que ocorre no âmbito escolar, se propagando a insegurança, medo e outras diversas formas de tensão, frente as instituições de ensino.

Ato contínuo, a importância dos pais no conhecimento do problema é de grande importância, tendo em vista que, as vítimas são muito tímidas e não têm facilidade de se expressar frente aos outros colegas e até mesmo professores.

A informação possibilitaria aos pais um diálogo mais facilitado frente aos seus filhos para que os mesmos viessem a se abrir mais facilmente, possibilitando assim a descoberta de possíveis agressões.

Já o conhecimento para as coordenações das instituições de ensino, bem como os professores, é de grande monta, pois, possibilitaria a identificação do problema no âmbito escolar, bem como, a possibilidade de uma punição justa ao agressor, não restando assim qualquer ar de impunidade frente as agressões cometidas.

Nota-se, portanto, a importância da informação no combate ao problema, e o que a falta da mesma traz de consequência para as instituições de ensino, pais desinformados, professores sem saberem identificar o fenômeno ao âmbito escolar, bem como, a falta de punições adequadas ao agressor, demonstrando a vítima que

o mesmo sairá impune e se for denunciado poderá vir a cometer novas agressões frente a mesma, sem que sofra qualquer tipo de punição adequada.

Ademais, o trabalho também destacou quais possibilidades seriam adequadas para o combate a tal fenômeno no âmbito escolar.

Entendo, pelo exposto, que a informação é a melhor forma de se combater tal problema, bem como, o uso de programas *antibullying* nas escolas, estes cumulativos e implementados de forma permanente frente as instituições de ensino, devendo os pais também comparecerem em momentos oportunos para receber tais ensinamentos, a permanência é de suma importância, pois, os alunos não teriam nem a possibilidade de se quer esquecerem qualquer tipo de ensinamento que lhe forem atribuídos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Lei 8.078 de 11/09/90. Brasília, Diário Oficial da União, 1990, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm, acesso em 04 de agosto de 2015.

BRASIL. *Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.* 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm*, consultado em 25 de setembro de 2015.

BRASIL. Programa de Combate e Intimidação Sistemática (bullying). Lei 13.185 de 09 de novembro de 2015, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm, acesso em 24 de novembro de 2015.

CAMARGO, Orson. "**Bullying**"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://www.brasilecola.com/sociologia/bullying.htm>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

CAVALIEIRI FILHO, Sérgio Programa de responsabilidade civil / Sergio Cavalieri Filho. - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COSTANTINI, Alessandro. *Bullying, como combatê-lo?: prevenir e enfrentar a violência entre jovens*. Tradução Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

DE PAULA, Pablo. **Responsabilidade civil: origem e pressupostos gerais**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875. Acesso em 09 de abril de 2015.

FANTE, Cléo. Fenômeno *Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. Ed. Rev. Ampl. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2005. Forense, 2001.

FREIRE, Isabel P; **SIMÃO,** Ana M. Veiga; **FERREIRA,** Ana S. "O estudo da violência entre pares no 3º ciclo do Ensino Básico – um questionamento aferido para a população escolar portuguesa". Revista Portuguesa de Educação, 2006. Disponível em www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872006000200008&lng=es&nrm=isso. Acesso em 5 de Agosto de 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze Novo curso de direito civil, volume 3: Responsabilidade civil / Rodolfo Pamplona Filho. — 10. ed. rev., atual. e ampl. — São Paulo: Saraiva, 2012.

GARCIA, Vera. **Bullying: características e tipos**. Disponível em: <http://www.deficienteciente.com.br/2010/03/bullying-caracteristicas-e-tipos.html>. Acesso em 07 de abril de 2015.

GONCALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 4: Responsabilidade Civil – 7ª Edição, São Paulo: Saraiva 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das Obrigações, parte especial, tomo II: Responsabilidade civil – 10. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2013 – (coleção sinopses jurídicas; v.6).

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil – 14. ed. - São Paulo : Saraiva, 2012.

LIMA, Alvino. *Culpa e Risco*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LOPES NETO, Aramis A. “**Bullying – comportamento agressivo entre estudantes**”. *Jornal de Pediatria*, vol. 81, nº 5. Porto Alegre, Nov. 2005. Disponível em : www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf. Acesso em 7 de Agosto de 2015.

MORAIS, Cláudia. **Consequências do Bullying**. Disponível em: <http://www.apsicologa.com/2013/04/consequencias-do-bullying.html>. Acesso em 02 de abril de 2015.

PAREDES, Eugênia Coelho; **SAUL**, Lea Lima; **BIANCHI**, Kátia Simone de Rosa. *Violência: o que têm a dizer alunos e professores da rede pública de ensino cuiabana*. Cuiabá: EDUFMT/FPEMAT, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Responsabilidade Civil*, 9. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: responsabilidade civil*: v. 4. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RODRIGUES, Silvio. *Responsabilidade civil*. 12. ed. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Ana Betriz B. *Bullying: Mentres perigosas nas escolas* – Rio De Janeiro: Objetiva, 2010.

TARTUCE, Flávio, direito civil, vol. 2 – direito das obrigações e responsabilidade civil (série concursos públicos), 3ª Ed, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo, *Direito Civil — Responsabilidade Civil*, 3ª. Ed. São Paulo: Atlas 2003.